



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA
DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA VINTE
E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Como primeira notícia queria-vos dizer que dentro das reivindicações que a Assembleia tem feito finalmente temos aqui um som que tem a particularidade de finalmente o Sr. Presidente ter condições para cortar a palavra.

Até aqui tem sido como os Senhores sabem. A Assembleia reúne aqui só de três em três meses e acho que o debate vale a pena e deve ser rico. Sou, um bocadinho, avesso a cortar a palavra às pessoas como já têm reparado.

É um facto que de vez em quando tem havido uns abusos que passam longe do normal e razoável. Ficam informados que a partir de agora está aqui um botãozinho que a gente pode, de facto, fazer censura legal. Nunca se contam os cinco minutos mas há aqui muitos deputados que passam os dez e os doze minutos e temos que ver se disciplinamos isso. A partir de agora o Sr. Presidente tem a possibilidade de cortar a palavra àquelas pessoas que ultrapassam muito o tempo normal.

Entretanto e desde a última Assembleia foi anunciada a candidatura da Sra. Dra. Cristina Oliveira. Como de costume, cumpre-me saudar a candidatura porque quer dizer que a democracia está viva, que há pessoas interessadas e empenhadas em dirigir os destinos do Concelho, o que deve ser motivo de gozijo para todos nós.

Informo também os Senhores Deputados Municipais que o Grupo Parlamentar os Verdes fez uma interpelação ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, acerca da poluição no Rio Cortal. Se algum Deputado estiver interessado serão facultadas cópias do respetivo documento.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, que deve estar por aí a aparecer e por certo não o deixará de o fazer, mas, pediu à Assembleia que transmitisse o convite para as comemorações dos vinte e cinco anos da criação da Freguesia de Vila Franca da Beira que, como sabem, se comemora a vinte e três de maio que é também o dia da independência, de facto e de direito, de Portugal. São muito poucos os portugueses que sabem disto, infelizmente! Vila Franca tem essa particularidade. Faz anos no mesmo dia em que Portugal se tornou um País de direito em 23 de maio de 1179.”

Seguidamente foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, a Sra. Dra. Sónia Cristina Correia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Martins, o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Aristides Gonçalves da Costa, e o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos pelos Sr. Sebastião Monteiro Soares, Sra. Rosa Maria Augusto Rodrigues, Sr. António Jorge Duarte Martins, Sr. Eng.º António Pedro Oliveira Ribeiro Campos, Sr. António Moreira Lopes, Sr. António da Silva Antunes, e pelo Sr. Rui Jorge da Costa Silva, respetivamente.

A Sra. Arq.^a Élia Sofia Duarte Feiteira também se encontrava ausente e solicitou a sua substituição, tendo sido convocado o Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que não compareceu à sessão da Assembleia Municipal tendo igualmente apresentado a respetiva justificação.

Também se encontravam ausentes e igualmente solicitaram a respetiva justificação a Sra. Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata, a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão e a Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa submeteu, à aprovação da Assembleia, a ata da reunião ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze.

Efetuada a votação, a ata da reunião ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação da adenda à ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2012, no sentido de corrigir a deliberação do Ponto X, para que, onde consta “Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo”, passe a constar “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro”.

III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da Empreitada de “Beneficiação do Pavimento na EM 517 – Troço Lourosa / limite do Concelho em direção ao Barril do Alva”, procedimento necessário à abertura do respetivo concurso público.

IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município de Oliveira do Hospital”.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital”.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Sobre o Exercício de Atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital”.

VII - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2012.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2012.

Dando-se início do Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu pedia que nos tentássemos cingir aos cinco minutos. É desagradável para a Mesa tirar a palavra às pessoas. Tem que haver alguma disciplina porque senão ficamos aqui a noite inteira e penso que isso não é do interesse de ninguém.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu venho aqui em primeiro lugar dar os parabéns pela Feira do Queijo. Penso que correu muito bem. Com todas as adversidades que as condições climatéricas criaram mas prova que o local escolhido foi o ideal e a Câmara Municipal conseguiu arranjar soluções para que a Feira decorresse dentro da normalidade. Penso que foi uma iniciativa muito boa e com muito impacto.

Também dar os parabéns pelas comemorações do 25 de Abril. É sempre bom recordarmos o 25 de Abril para que os ideais não se percam porque muitas vezes os ideais estão-se a perder com o tempo.

Como falou aqui o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nós tivemos uma visita da Dra. Heloísa Apolónia e da sua comitiva do Grupo Parlamentar “Os Verdes” que veio a Meruge para se inteirar dos trabalhos que estavam a decorrer na ETAR e das construções das estações elevatórias. Demos-lhe toda a informação que disponhamos e ela colocou algumas questões ao Governo também relacionadas com a poluição do Rio Cobral e o Governo também já se dignou a responder a essas questões que foram colocadas tais como: “*Estando prevista a execução da ETAR de Meruge no prazo máximo de um ano, após o início das obras, quais os motivos que têm conduzido aos sucessivos atrasos para a sua conclusão?*”

Do Gabinete da Ministra responderam: “*O atraso deveu-se, essencialmente, a problemas de expropriação para a ETAR e para a Estação Elevatória de Águas Residuais de Meruge, tendo-se posteriormente verificado alguns constrangimentos financeiros. Prevê-se a*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conclusão do sistema, ETAR e Estação Elevatória de Águas Residuais, para finais de abril de 2013, estando o arranque condicionado ao abastecimento de energia elétrica.

De referir que a nova localização da nova Estação Elevatória de Águas Residuais de Meruge foi acompanhada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a pedido do Sr. Presidente do Município, tendo sido localizada no local passível de expropriar e permitindo a ligação de habitações que não foram inicialmente contempladas.”

Isto porque enquanto uns andavam a oferecer advogados a um habitante que queriam construir a estação elevatória ao lado da casa dele a Junta de Freguesia, e aqui mostra bem o quanto é importante o poder de proximidade, andava preocupada em tentar resolver o problema de outras treze habitações que estavam sem saneamento e conseguiu arranjar um local que além de resolver o problema da Estação Elevatória, resolveu o problema de todas as treze habitações que estavam sem saneamento. Também, diga-se, com a ajuda da Câmara Municipal, porque a Junta de Freguesia não tinha disponibilidade financeira para fazer o saneamento naquelas casas. Neste processo foi importante o conhecimento que tinha a Junta de Freguesia, nomeadamente por conhecer bem as pessoas e saber quem é que podia indicar para negociar e tentar resolver o problema. E foi isso que se fez.

Outra questão colocada foi: *“O Ministério tem conhecimento que a Água do Zêzere e Côa, S.A., não pretende no imediato encaminhar todos os efluentes domésticos da freguesia para a ETAR?”*

Do Gabinete da Ministra responderam: *“Com a empreitada que se encontra a decorrer, cumpre-se o estipulado no contrato de concessão, que incluiu a construção de uma ETAR e duas Estações Elevatórias de Águas Residuais, sendo uma em Meruge e outra em Nogueirinha, assim como os respetivos emissários gravíticos e condutas elevatórias. Aquando da revisão do contrato de concessão, foi projetada a ligação, denominada de “Ligações Técnicas”, de mais duas fossas sépticas em Meruge a serem executadas em empreitada futura. Dessa forma, toda a povoação fica servida.”*

Aqui é que nós achamos que está errado. Muitas vezes o Estado gasta mais dinheiro porque quer, porque se estas duas fossas fossem incluídas no mesmo contrato, se calhar, o valor seria o mesmo e ficava o problema resolvido.

Assim, segundo eles dizem, só vai ser o lançamento destas duas ligações para dois mil e catorze, ou seja, neste momento gasta-se um milhão e meio numa ETAR e em duas Estações Elevatórias e ficam duas Estações Elevatórias por resolver. Ou seja, é uma Estação Elevatória e uma que pode ser ligada por gravidade e, segundo eles dizem, que está previsto um orçamento de cento e cinquenta mil euros. Mesmo assim é capaz de ser um pouco exagerado, mas de qualquer das maneiras se fosse incluído tudo no mesmo orçamento, se calhar, o problema neste momento estava resolvido.

Depois pergunta: *“No concelho de Oliveira do Hospital existe alguma situação similar à verificada em Meruge?”*

Do Gabinete da Ministra responderam: *“As povoações que estão previstas no projeto das “Ligações Técnicas” são: Vila Franca da Beira, Ervedal da Beira, Andorinha, Travanca de Lagos, Lajeosa, Meruge, Bobadela, Nogueira do Cravo, São Paio de Gramaços, São Gião,*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Galizes, São Sebastião da Feira”.

Também por causa da poluição do Rio Cobral a Ministra diz que têm reunido e aplicado alguns autos às empresas poluidoras. Já houve uma reunião na Administração Regional Hidrográfica do Centro (ARH Centro) com a Câmara de Seia, com a Câmara de Oliveira do Hospital e com os industriais dos laticínios no sentido de arranjamem uma solução conjunta para resolverem este problema e que estão a aguardar que apresentem uma solução. O Sr. Presidente tem que apresentar a solução porque se não o problema nunca mais é resolvido.

Também gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara: O Ministério da Solidariedade e da Segurança Social publicou mais uma portaria sobre os Contratos Locais de Desenvolvimento Social+ (CLDS+) que vai substituir os anteriores Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

Os CLDS, como instrumento de política social, contêm a inegável virtude de valorizar a proximidade e apresentar as soluções concretas aos que delas carecem. É criada uma nova vaga de CLDS, ou seja, o CLDS+. Estes instrumentos de política social surgem agora mais focalizados para os problemas sociais com que a sociedade portuguesa se deparou no período de ajustamento económico e financeiro e também virados para a empregabilidade. Não sei se a Câmara se candidatou ou não?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas ou três questões para apresentar. Uma delas tem a ver com aquilo que foi noticiado em vários Órgãos de Comunicação Social acerca dos investimentos aprovados pela ADIBER no valor de um vírgula seis milhões de euros. Se não estou em erro, trinta e sete novos projetos, e isto engloba os concelhos que fazem parte da ADIBER, nomeadamente o Concelho de Oliveira do Hospital. Uma questão que eu queria pôr ao Sr. Presidente da Câmara. Se nos poderia dizer quais os projetos é que foram contemplados para o Concelho de Oliveira do Hospital e em que montantes? É aqui referido que isto foi em várias áreas e houve aqui abertura de um campo para a criação de novos postos de trabalho e portanto gostaria de saber, neste montante qual foi a quota-parte que coube ao nosso Concelho de Oliveira do Hospital.

Outra questão que queria pôr aqui e também já foi noticiada. Anda por aí nas notícias e, obviamente, tem a ver com um investimento avultado nas Caldas de São Paulo no valor de cinco milhões de euros.

Pelos vistos parece que as coisas não estão a correr lá muito bem por aquelas bandas. Parece que há aí um problema de posse de caminho. Não sei se a Câmara já interferiu ou se o problema já estará resolvido. Parece que, inclusivamente, muito recentemente terá havido uma ação um bocadinho drástica do próprio promotor. A calçada desse dito caminho terá sido levantada pelo promotor Turístico e parece-me que isto estará a querer complicar-se com esta situação. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara tem mais algum conhecimento ou algum desenvolvimento desta situação. De qualquer forma é uma situação preocupante já que está em causa a criação de postos de trabalho e um investimento de grande categoria.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dar os parabéns à Câmara Municipal, mais uma vez, pela forma como decorreram as comemorações do 25 de Abril. Vimos em Oliveira do Hospital, mais uma vez, e espero que também não chamem a isto um evento, porque acho que o 25 de Abril não é um evento mas pelo menos vê-se Oliveira do Hospital com gente na rua, vê-se juventude a participar numa série de iniciativas, vê-se animação, vê-se a cidade, realmente, com movimento.

Penso que esta data é por demais importante para não dever ser comemorada como já aconteceu neste Concelho anteriormente.

O 25 de Abril foi a abertura deste país para a democracia, abriu caminho para que vários partidos políticos se constituíssem após a revolução dos cravos, estranhei muito, como mais gente também com certeza terá estranhado, a ausência, e a não participação, do Partido Social Democrata nas comemorações deste dia da revolução dos cravos. Tanto quanto eu sei o contacto com esse partido foi feito exatamente da mesma forma dos anos anteriores. Foi feito, tanto quanto eu sei, através do contacto com o seu líder parlamentar nesta Assembleia Municipal, como aliás já anteriormente tinha sido feito em anos anteriores.

Estranha-se que se venha em vésperas da comemoração do 25 de Abril com um comunicado vergonhoso para a Comunicação Social com uma forma de fazer política não de elevação como, aliás, esta data merecia, mas sim com uma baixeza que eu me abstenho de qualificar. Eu penso que, só gente que efetivamente não tem nada a ver com a democracia, que são uns pseudo-democratas se podem dar ao luxo de fazer uma crítica e um comunicado de imprensa vergonhoso, que eu penso que as pessoas que leem aquele comunicado com certeza que se riem e possivelmente irão mostrar alguma tristeza particularmente aqueles que pertencem a este partido. Espero bem que esses Senhores que estão atualmente à frente deste partido tenham tino, tenham bom senso, e que saibam, efetivamente, fazer política com a elevação que a política deve ser feita.

Agora, vir acusar a Câmara Municipal, vir acusar, porventura, não sei, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não sei se seria esse o caso também, e vir, inclusivamente dizer e catalogar esta Câmara Municipal que está hoje dentro desta casa, e dizer que existe aqui dentro uma falta de democracia. Chegando ao ponto de o catalogar como o poder comunista/socialista dentro da Câmara Municipal. Quando gente desta vai por caminhos destes eu devo-vos dizer que é com tristeza que eu vejo que, efetivamente, a política que estes senhores estão a fazer é uma baixa política é uma torpeza que é aquilo que estão a fazer em termos de política. Eu penso que as pessoas do Concelho já perceberam bem, ou pelo menos vão se apercebendo, há gente que já se está a aperceber, de quem são, realmente, e a maneira de ser e de estar, de fazer política, destes senhores. Eu penso que em devida altura o povo deste Concelho irá saber dar-lhes a resposta devida.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Não queria deixar aqui de realçar uma série de situações e acontecimentos que se passam aqui no Concelho, que vão para além do Concelho, que passam para o País e que passam para o estrangeiro e que envolvem o Concelho de Oliveira do Hospital com o dinamismo dos Oliveirenses, com o dinamismo da equipa da Câmara, com o dinamismo da equipa do Sr. Presidente da Câmara e com o dinamismo do Sr. Presidente da Câmara. Falo na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nossa presença na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) onde estivemos excelentemente bem representados e que o nosso produto de exceção e o nosso ex-líbris aqui da região, o Queijo da Serra, mais uma vez esteve representado. Naturalmente, falo da Feira do Queijo que, dado o tempo que esteve este ano, foi excelente e teve uma ampla e forte participação.

Eu posso estar a fazer uma avaliação errada, mas acho que não a estou a fazer, provavelmente esta Feira do Queijo foi uma das maiores, se não a maior, Feira do Queijo que assistimos até hoje aqui em Oliveira do Hospital e que, naturalmente, todos esperamos que continue assim, quer para nós, quer para o futuro daqueles que vivem desta atividade e vivem deste produto da nossa terra.

Também, toda a atividade que existe neste Concelho na reflorestação, e que em boa hora se está a fazer, porque normalmente no verão e apesar de todos os esforços que a Câmara e as entidades representativas dessa atividade fazem para diminuir o impacto dos incêndios, mas, naturalmente, tem que se reflorestar.

Realçar também todas as atividades que têm sido desenvolvidas no âmbito da BLC3 e também a questão da resolução definitiva do pavilhão de Lagares da ACIBEIRA e todo o conjunto de obras no nosso Concelho. Isto naturalmente é fazer realçar esta atividade e peço desculpa àqueles que eventualmente não gostam mas naturalmente que nós temos que fazer realçar isto.

O meu colega anterior já referiu a questão do 25 de Abril. De parabéns os Oliveirenses, a Câmara e o Sr. Presidente pela dinâmica que se viu ontem em Oliveira do Hospital. No âmbito das comemorações do 25 de Abril foram desenvolvidas atividades desportivas, atividades lúdicas e atividades culturais.

É pena que nem todas as forças políticas tenham estado presentes nestas comemorações.

O 25 de Abril é um dia importante das nossas vidas, é um dia que devíamos celebrar todos os dias, e que celebramos sempre que estamos aqui neste hemiciclo porque é o dia do poder local, é o dia da Câmara, é o dia da Assembleia, é o dia dos Oliveirenses.

Dar também os parabéns pelo excelente sintético que vimos ontem inaugurar em Lagares da Beira. Uma grande obra que foi feita em prol da comunidade dos Oliveirenses e em particular dos Lagarenses e também dar os parabéns ao Sr. Presidente pelo anúncio que fez ontem em Lagares de que aqui em Oliveira do Hospital haverá uma remodelação do campo e iremos ter um aqui também um sintético em Oliveira do Hospital.

A Central de Camionagem continua as suas obras. Vai ter o seu término no tempo necessário e vai ser mais uma obra aqui no Concelho.

Sr. Presidente, a EN17, neste momento, e já o referimos várias vezes, está com vários buracos. Nós percebemos porquê. Infelizmente os nossos camionistas fogem da autoestrada A25 para não pagar portagens e vêm pela EN17.

Esta situação causa problemas negativos particularmente a quem passa na EN17 todos os dias. Sei que o Sr. Presidente tem dialogado com a autoridade rodoviária distrital e nacional, mas gostaria que me desse um esclarecimento sobre a situação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dar os parabéns à candidata do PSD naturalmente que é de louvar termos essa candidata em prol da democracia.

Espero que a candidata do PSD aqui em Oliveira do Hospital, agora que é candidata e que se apresentou, e que anda aqui pelo Concelho, como sabemos, passe a conhecer o nosso Concelho e tenha uma visão diferente do que tem tido até hoje e que a sua campanha e atividade seja para desenvolver e defender o concelho, que foi o que não fez anteriormente nas funções públicas que desempenhou e que está ainda a desempenhar.

Da nossa parte podem contar com uma campanha política forte, cara a cara, uma campanha como deve ser, à altura dos valores dos Oliveirenses e dos valores do nosso Concelho.

Eu espero que da parte do PSD e mais concretamente da direção dessa força política essa campanha também tenha essas características e seja uma campanha elevada e uma campanha onde todos nós nos orgulhemos. Não falo, naturalmente, em todos, falo da direção que atualmente está nessa força política.

Que o poder local seja a nossa maneira de estar e vencer no futuro e que o 25 de Abril seja sempre festejado aqui em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“25 de Abril, sempre. Já ontem aqui se disse. Disse-se há trinta e nove anos e, seguramente, tudo faremos para que daqui a três séculos se continue a dizer, 25 de Abril, sempre! Gostem ou não gostem! Há aqueles que gostam mais do 24 de Abril! É vida!...

As comemorações no nosso Município tiveram dignidade, tiveram participação popular e tiveram entre nós um comandante das tropas que em 25 de Abril, concretamente a coluna de Santarém, tiveram um papel destacadíssimo nesse dia nas operações militares, quer no Terreiro do Paço, quer no Largo do Carmo, quer, depois, ainda na pontinha e falo do Coronel Rui Santos Silva que esteve aqui ontem. Ele é do Município e a seguir ao Salgueiro Maia foi, seguramente, ele o mais operacional daquele dia ao comando da coluna militar de Santarém. Também nos congratulamos por o ter aqui de boa saúde, bem-disposto, e é sempre importante honrar esses militares e, no caso, sendo um homem natural do nosso Concelho.

Dizer que o 25 de Abril permite àqueles que não gostam do 25 de Abril de demonstrá-lo e, portanto, também é uma virtualidade do 25 de Abril. Parte do PSD deste Município, ontem, autoexcluiu-se do 25 de Abril e do pluralismo. Parte do PSD de Oliveira do Hospital autoexcluiu-se do 25 de Abril e do pluralismo e autoexcluiu-se do nosso Município. Parte do PSD dá mau sinal, muito mau sinal, de ter sérias dificuldades em lidar com a democracia. Espero que parte do PSD de Oliveira do Hospital não tenha futuro, para nosso bem e para bem do Município.

Sr. Presidente da Câmara, o projeto das Eletrificações Rurais tarda e retarda. Já foi aprovado, creio que, em setembro ou outubro. Estamos nos finais de abril. Era bom que, pela importância que tem essa obra, avançasse e se concretizasse. A eletrificação de parte, até à rotunda em Vila Franca da Beira na estrada principal, também já devia estar feita e também já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falámos nisso várias vezes. Eu nem um segundo me calarei, nestas coisas!

As marcações no asfalto, um quilómetro e meio, nem tanto, entre o rio Seia e a estrada 230 ao fundo dos Fiais da Beira também já deviam estar feitas.

Congratular-me pela revisão do PDM que está em consulta pública, e propor que se inicie já o projeto da revisão, da revisão, do PDM. Pelo menos esta deixou de ser lenda!

Levantar aqui a questão do Mega Agrupamento no nosso concelho. A consequência, se isso for para a frente neste contexto que estamos a viver é esta: Despedimento de professores e de funcionários, extinção de turmas no Ervedal, em Lagares, na Ponte das Três Entradas e acumular de alunos em turmas obrigando a que o Município, depois, gaste mais dinheiro a transportar alunos. Se o Município for nessa! Mas vai sofrer essa chantagem em cima.

E dizer que, a proposta da constituição do Mega Agrupamento, aliás, o que não sucedeu noutros municípios em idênticas circunstâncias, por coincidência, seguramente, serem de presidência PSD, esses outros municípios nas mesmas circunstâncias que o nosso onde não foi constituído o Agrupamento único. Quem propôs foi a DREC e os seus responsáveis. Quem assinou a lei foi o Ministério da Educação e os seus responsáveis. O resto... agora o que é que querem?

Isto de vir dizer, como nas freguesias, porque eu falo nisto e levanto já a questão da extinção das freguesias, vir dizer que a culpa ainda é nossa é uma redobrada hipocrisia, isto é perverso! Isto é mentira ao quadrado! Porque se fosse uma coisa boa. Se um Mega Agrupamento fosse uma coisa boa para o Município e para as crianças! Se a extinção de freguesias fosse uma coisa boa para as freguesias e para as populações! O PSD e o CDS vinham dizer que foram eles os responsáveis. Mas como sabem, e sabem todos muito bem, que isso, em última análise, não vai ser bom, vão dizer que a culpa é dos outros. Quer dizer: Fazem as leis, aplicam-nas ou querem forçar a aplicação das leis e depois a culpa ainda é dos outros. Ora, isto é mentira ao quadrado! Isto é inadmissível, isto são as tais grandes dificuldades em lidar com a responsabilidade e com a própria democracia.

Dizer que, este Governo do PSD e do CDS, do CDS do Paulo Portas tão amigo dos agricultores, nós lembramo-nos do boné do Paulo Portas nas idas às feiras...

Este Governo não paga aquilo que deve aos agricultores. Não paga, por exemplo, as dívidas aos produtores pecuários. Nós temos no nosso município sediada uma Associação de Produtores Pecuários, que por acaso é na Ancose, Ovinos Serra da Estrela, e deve-lhe dezenas de milho de euros e deve milhões de euros a nível nacional. Isto há ano e meio.

Ora, quem não paga aquilo que deve é caloteiro! Mas ao mesmo tempo, este Governo do PSD e do CDS, do Paulo Portas tão amigo dos agricultores, a única medida que quer tomar especificamente destinada aos pequenos e médios agricultores é impor-lhes as novas regras da fiscalidade.

Agricultores que tenham até dez mil euros de rendimento por ano são agora obrigados a partir de 31 de maio a vir coletar-se às finanças caso pretendam vender uma couve, meio quilo de batatas ou um molho de salsa, têm que se coletar nas finanças.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós ou olhamos para os nossos agricultores, para os pequenos agricultores, aqueles que estão na beira da estrada, aqueles que vêm aqui ao mercado do município, aqueles que vendem nas suas aldeias e estamos a vê-los agora virem coletar-se às finanças para emitirem uma fatura?

Entre outros problemas de agravamento fiscal o que este Governo quer é tributar e eliminar dezenas de milhar de pequenos agricultores. Este Governo onde pontifica o tal Dr. Paulo Portas amigo dos agricultores. Ele que vá é enfiar o boné a outros. Nós cá estaremos para lhe fazer as contas, que não custa nada!

Por isso neste contexto todo, porque nós cortam e ameaçam cortar em tudo aquilo que nós mais precisamos para viver e porque nos impõem e vão agravar ainda mais, agora dizem que foi por causa do corte do Tribunal Constitucional e por isso, quando já se sabia que até fevereiro iam apresentar o corte dos quatro mil milhões de euros, cortam em tudo aquilo que mais precisamos para viver e trabalhar e aumentam-nos brutalmente os impostos.

Este Governo só tem um caminho. Rua!

Rua que já vai tarde! E rua com estas políticas de desastre nacional. Temos que lutar por um Portugal com dignidade com soberania e independência nacional, livre das troikas e dos Migueis de Vasconcelos que têm ocupado as cadeiras do poder.

Por último, dizer que, esta da aliança dos comunistas e dos socialistas na Câmara de Oliveira do Hospital, e eu falo nisto e até tremo. Ai que medo! Ai que medo! Vocês tenham mas é juízo na cabeça e tenham vergonha! Se é que têm cara para ter vergonha!

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Durante oito anos tivemos aqui um combate frontal e leal por parte de um certo PSD local com momentos de emoções latentes mas com um certo controlo dentro dos limites da democracia e da liberdade. Aliás, tivemos mesmo alguns momentos de choque e de alguma turbulência mas, tenho que reconhecer que, o executivo do PSD apesar do excesso da frontalidade não passava de certos limites que nos impõe o dever democrático e de liberdade.

Como começo a ver, hoje, esses limites ultrapassados por parte do PSD, a propósito da política camarária e não só, venho aqui manifestar a minha indignação. Como o fizemos ontem na sessão do 25 de Abril. Pena foi, que alguns se usurassem às suas obrigações e descorassem a obrigação cívica que sobre eles impende.

Antes de mais, devo dizer que acho muito bem que se faça política partidária. Nós precisamos dela. É a essência da democracia. Eu costumo dizer que às vezes aqueles que nos criticam estão mais próximos da verdade do que nós próprios.

Acho muito bem, também, que se tente convencer pelo argumento. É através dele que nós adquirimos sabedoria.

Acho muito bem a luta ideológica e política. Cada um assume as suas responsabilidades ainda que possa momentaneamente estar enganado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acho até muito bem que cada um manifeste publicamente a sua natureza de classe. E não tenho nada a opor, como é óbvio, que se reúnam as tropas para a batalha como agora alguém diz.

Já quanto às críticas, às festas e atividades lúdicas e à falta de criação de emprego, seria melhor perguntar aos produtores de queijo que venderam três toneladas e meia de queijo na Festa do Queijo ou ao comércio de Oliveira se foi boa ou não a Festa do Queijo e a Volta a Portugal, e outros eventos desta natureza, e se a criação de emprego a níveis nacionais ultrapassou a criação de emprego em Oliveira do Hospital? Ou, se a Câmara é alguma agência de emprego?

Mas em fim... Não era aqui que eu queria chegar. Nós iremos a isto e responderemos no tempo oportuno. Isto é combate político e nós cá estaremos para o fazer.

Contudo, há um plano que eu acho que nós não podemos temporizar. É a ameaça e a manipulação. A este propósito relembro a falta que faz, ou que fez, ou que tem feito, nesta Assembleia um homem de direita, como foi o Dr. António Afonso Amaral, para apelar à elevação e à dignidade nesse espetro político. Agora que, infelizmente, temos um Presidente da República que constrói muros onde devia fazer pontes!

Mas, ameaçar ou criticar a independência da Comunicação Social, criticar as opções livres dos Senhores Presidentes de Junta e, por fim, ameaçar um membro de uma Junta com um comunicado público para não fazer parte de certa lista adversária é passar a cerca da dignidade. E isso não é tolerável nem é admissível porque interfere na liberdade de cada um.

Atrevo-me a dizer que esta gente não sabe porque é que homens como Spinoza, John Locke e outros teorizaram sobre a liberdade que acabou por se impor na Europa e no mundo. Sim, porque nessa altura havia Senhores e Escravos.

Esses Senhores não sabem qual é o fim último, qual é o valor transcendente da liberdade.

A Comunicação Social livre é um dos maiores bens da democracia e não pode ser condicionada. Podemos falar disso noutra altura. Mas, para já é preciso que esses Senhores percebam que a Comunicação Social não pode ser condicionada.

Os Senhores Presidentes de Junta sejam eles quais forem, eleitos pelo PS ou pelo PSD, são homens livres para pensar e decidir. Não precisam de tutores e muito menos devem ser servís e submissos ainda que seja perante o seu próprio partido. Dou aqui o exemplo o Dr. Manuel Garcia que já foi eleito pelos dois partidos e nunca se viu aqui ceder em relação a qualquer um dos partidos.

Hoje não é tempo de haver um a mandar e os outros a obedecer.

Os Senhores Presidentes de Junta que estão nesta Assembleia têm que ser respeitados porque foram eleitos pelas populações.

Ameaçar alguém por denúncia pública através de comunicado para o afastar de se aproximar, ainda que momentaneamente, do adversário político é um comportamento manipulatório que expõe a personalidade de quem o faz. Manipular é retirar a liberdade a outrem e condicionar pela pressão social. Manipular é interromper com violência uma série de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventos dentro da cadeia causal, é ir contra a natureza. Ao fim e ao cabo, é usar formas primárias de servidão humana. Temos de respeitar aqueles com quem nos relacionamos.

Para acabar, volto ao que disse atrás. Convença-se pelo argumento válido, pela luta ideológica. Pelo que fez, ou, não fez o executivo, nós cá estaremos para responder. Agora, pela manipulação, pela violação das consequências pelas críticas feitas à Comunicação Social, só por não dizerem o que eles querem, ou críticas aos eleitos para serem submissos, é interferir na dignidade dos outros, é tentar manipular consciências alheias e isso é inaceitável.

Dizia Spinoza, “*Ser livre significa agir de acordo com a natureza cumprindo o próprio dever*”.

Faço aqui um apelo à elevação. Não podemos nem devemos violar as consciências de ninguém na campanha eleitoral que aí vem.

Devemos respeitar-nos todos. Só assim cumpriremos o nosso dever sem ir contra estas leis da natureza. Espero que alguns ainda consigam, pelo menos, perceber isto!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Tinha aqui uma intervenção preparada mas não queria deixar de dar nota destas várias abordagens que foram feitas aqui em relação à Comissão Política do PSD e à Dra. Cristina Oliveira.

No que diz respeito à Comissão Política do PSD de Oliveira do Hospital e em relação à sua não presença na Sessão Solene da Assembleia Municipal vou-me escusar a comentar mais alguma coisa porque a nota de imprensa que nós enviámos é esclarecedora. Mas, gostava só de utilizar tão simplesmente uma expressão que o Prof. João Dinis aqui utilizou, e muito bem. “*25 de Abril, sempre*”, e não, 25 de Abril no dia 25 de abril que é depois do 24 e antes do 26.

25 de Abril, sempre. Nos princípios, nas atitudes e nos valores, durante o ano todo, todos os anos, desde há 39 anos a esta parte. Por esse facto e por 25 de Abril não ter sido sempre, durante este último mandato, é que o PSD não se fez representar na Sessão Solene do 25 de Abril no passado dia de ontem. Nós cá estaremos para assumir com naturalidade a nossa postura.

Registo a preocupação e incómodo dos Senhores representantes do PS. Mas, fiquem descansados. Nós cá estaremos para analisar os resultados, todos os resultados, e as várias posturas que vão acontecendo, de hoje ou de alguns tempos a esta parte, até ao dia das eleições.

No que diz respeito ao Prof. João Dinis: “*Tenham vergonha! Tenham juízo!*”. É exatamente também por isso e “*não vão lá porque vão ser apedrejados*”, que nós lá iremos também a Vila Franca. Fique descansado! Não nos revemos também nesse tipo de postura que o meu amigo tem assumido aqui.

Em relação às preocupações de elevação do nível da campanha remete-vos, também aos Senhores do PS, para o discurso de apresentação da candidatura que a Dra. Cristina Oliveira fez. Ela foi bem explícita e clara naquilo que vai servir para guiar esta campanha.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Passado este ponto, passaria, então, a ler a intervenção que eu tinha preparado.

Vivemos momentos únicos da sociedade Oliveirense. Após três anos e meio de governação do atual executivo camarário continuamos sem perceber o que então a candidatura do PS queria dizer com a tão anunciada e prometida mudança.

Em dois mil e nove, as principais críticas ao executivo do PSD, durante a campanha eleitoral autárquica eram: Elevados níveis de desemprego; O fraco trabalho na busca de novos investidores; Falta de acessos condignos ao nosso concelho; A execução da pequena obra, também, por V. Exas. do PS, apelidada política do betão e do alcatrão para os amigos; ou, em contraponto: As obras eleitoralistas e de fachada; A forma clientelista como se contratavam pessoas e serviços; O aliciamento e a compra de pessoas e votos; A falta de novas instalações para a ESTGOH; A falta de sensibilidade para lidar com o Governo da Nação, e tantas outras críticas maioritariamente descabidas e completamente demagógicas.

Mas, a realidade é que todos estes argumentos se enquadram e encaixam com a atuação deste executivo atual.

Os níveis do desemprego dispararam para números record, sendo inclusive superiores à maioria nacional.

Sobre os novos investidores continuamos à espera que apareçam, mas pretendemos que, pelo menos, não deixem o atual tecido empresarial abandonado e emigrar para outros concelhos limítrofes.

Quanto aos acessos todos sabemos há bastante tempo que a desculpa é o atual Governo. Pois, o PS já fez o IC6. Mesmo que acabe no pinhal!

Na realidade é caricato que o Secretário de Estado que tutelava esta pasta tenha garantido o lançamento da obra durante o primeiro semestre de dois mil e dez e o Sr. Presidente da Câmara tenha dito que não sabia se teria condições para se candidatar se a obra não avançasse. Mas, a realidade é que nenhuma dessa promessa se concretizou. Nem a obra avançou, nem o Sr. Presidente se demitiu, como ameaçara.

Relativamente à apelidada política do betão e alcatrão para os amigos, tenho a convicção que, está bem presente no último Boletim Municipal. Pois, a pouca obra que lá apresentou foi essa; A do betão, alcatrão e poucos empedramentos.

Relativamente às obras eleitoralistas e de fachada, estamos agora a assistir ao lançamento e execução das mesmas. Esperemos que sejam de rápida execução para que ainda possam ser inauguradas antes das eleições. Ou seja, para acontecer aquilo que os Senhores do PS tanto criticavam no anterior executivo.

Sobre a forma de clientelismo como se contratavam pessoas e serviços e aliciamento e compra de pessoas e votos continuam por provar a existência das mesmas no passado. Mas, ainda que o fossem, assistimos neste mandato, a um aumento do número de avenças, da contratação de pessoas via ADESA, POC's e outras instituições. Pessoas cirurgicamente selecionadas a fim de poderem responder às promessas feitas no decorrer do atual mandato.

O caso da ESTGOH continua por resolver, mas, obviamente ainda nos recordamos da forma incendiária e indecorosa como todo o processo foi tratado. Resta saber o que ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretende fazer para manter esta estrutura vital no nosso Concelho.

Quanto à falta de sensibilidade para lidar com o Governo da Nação, todos sabemos o que se tem passado ao longo do mandato.

Tal como na esvaziada promessa do IC6, lembrando que durante o seu mandato a nível nacional o PS governou durante um ano e meio, aproximadamente metade do mandato que o Senhor cumpriu até hoje, como no processo mal conduzido como a extinção das freguesias ou como a criação do Mega Agrupamento de escolas. Aliás, sobre este último caso, aconselho que leia a legislação e perceberá o porquê da impossibilidade da desanexação da Escola Secundário do Mega Agrupamento, bem como, em relação ao ataque pessoal pouco leal e digno que desferiu à Dra. Cristina Oliveira, no que diz respeito à não anexação da escola da qual o seu marido é diretor, mais uma vez revela desconhecimento e impreparação do Sr. Presidente. Pela lei aquele estabelecimento de ensino não pode ser anexado em virtude de serem lá ministradas aulas a reclusos, como tal, Sr. Presidente, parece-me que a crítica que fazia há três anos e meio é quase como que uma carapuça elástica que também lhe serve.

Na política como na vida deve haver princípios, respeito, elevação de discurso e, acima de tudo, decoro porque em política não vale tudo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“No que a mim me toca, como os Senhores sabem, a cerimónia do 25 de Abril, foi realizada a convite do Sr. Presidente da Câmara. Não vou dizer que não tenha alguma responsabilidade em que ela seja feita nos moldes que atualmente é, na medida em que, pelo menos, desde de que eu por aqui ando, não me recordo de que houvesse sessão solene evocativa do 25 de Abril. Portanto, começou-se a praticar, digo eu, desde de que eu por aqui ando, porque me parecia que isso era um elemento essencial da democracia e à dignificação da data e portanto toda a gente aqui tem vindo. A Convocação, ao que me é dado saber, e eu tive o cuidado de me informar se tinham sido feitos os convites atempadamente e foi feito rigorosamente nos mesmos moldes do passado.

Também relativamente àquilo que se passa no Concelho, foi uma das minhas preocupações até hoje e continua a ser, estabelecer um clima de diálogo entre todas as forças políticas e isto tem acontecido, até há um ano a esta parte.

Também, e isto tem que ser dito, e estamos aqui quarenta e três testemunhas, é a primeira vez que ouço falar nesta Assembleia de falta de democracia.

Eu que gosto de ser claro e transparente. Não ficava mal dizer em que casos objetivamente é que se considera que há uma sonegação da democracia neste Concelho. Onde é que, efetivamente, as pessoas não são atendidas, não têm o máximo de diálogo a todos os níveis no contacto com o poder político.

Ao que me é dado saber, com a Câmara, e aquilo que eu próprio constato, a mim pessoalmente não me tem sido posta qualquer situação.

Eu já disse uma vez e volto-me a repetir, parece que há aí uma certa sede de discutir política. Já me disponibilizei uma vez ou duas e sendo eu, segundo a lei, o principal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsável do Concelho, volto a dizer que estou disponível para discutir com quem quiser, quando quiser e onde quiser essa temática ou outra qualquer, mas, especialmente essa, da falta de democracia ou de favoritismo em relação aos empregos. Eu poderia dizer agora uma série de coisas mas não vale a pena.

Estou disponível para discuti esses assuntos mas noutro lado porque o Salão Nobre e a Assembleia Municipal não é por natureza, e muito menos da parte do Sr. Presidente da Câmara para debater determinado tipo de situações. Volto a dizer que o Presidente desta Assembleia está disponível, quando quiserem e onde quiserem, para discutir esses assuntos e dizer claramente e abertamente onde é que neste Concelho, quando, e de que maneira, a liberdade foi sonogada e a democracia não esteve de pé.

Venho aqui ser criticado. Sempre permiti que todos utilizassem o tempo que necessitavam nas intervenções. A lei diz que são só cinco minutos cada pessoa e quando for mais é retirado.

Nas reuniões da Assembleia Municipal, e há que reconhece-lo, que já assim era dantes, esta Assembleia não mudou em nada, e os Senhores sabem, o comportamento relativamente à anterior. Aliás eu nunca tive discordâncias com a Mesa da Assembleia enquanto aqui estive. Nós seguimos em todos os aspetos o mesmo figurino. Já aqui pus a questão para a Assembleia ser feita na hora de serviço, penso que não era feita por uma questão de poupança, e esta Mesa tem seguido rigorosamente os mesmos critérios porque no essencial se identifica com eles e acha que a gestão que era feita era mais ou menos correta. Não custa nada dizer.

Uma vez comentei com o João Dinis que se fosse noutro lado qualquer não nos deixavam falar nem metade.

Essa prática tem-se mantido. São muito poucas as intervenções que respeitam os cinco minutos e nunca fizemos aqui uma Assembleia de uma hora e meia. Vimos aqui de três em três meses para debater e tem sido, grosso modo, essa a postura da Mesa mesmo com algumas críticas de vez em quando.

Eu sei que estamos em período eleitoral. Sei que a luta política existe e é salutar que exista, mas, como já aqui foi dito, há limites e acho que, de facto, a luta política deve ser feita com alguma elevação. Eu, particularmente, sentir-me-ia muito satisfeito se conseguíssemos manter, pelo menos, os mínimos dessa elevação.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Começo por deixar um convite para amanhã marcarem presença aqui no Largo Ribeiro do Amaral, no Terceiro Festival de Tunas Académicas Cidade de Oliveira do Hospital. Evento que também contribui para a integração da comunidade escolar da ESTGOH no nosso meio social.

Dividi a minha intervenção em dois atos. O primeiro ato direcionava-o ao Executivo Camarário. São dois pontos e duas questões.

Mais uma vez foi intercetado por vários munícipes por causa da problemática da nova



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ETAR. Os cheiros nauseabundos continuam. Como tal, gostaria de saber em que situação se encontra este caso, já aqui trazido anteriormente mas ainda não resolvido?

Segunda questão: Para quando a requalificação da avenida Dr. Carlos Campos e rua Dr. Virgílio Ferreira?

Num segundo ato, e peço desculpa, mas sinto-me moralmente, acima de tudo, obrigado a trazer aqui esta questão. Não só como autarca mas acima de tudo como cidadão Oliveirense e defensor. Uma questão de princípios e ética social. E como tal direciono esta intervenção à Comunicação Social.

É um caso que está a chocar os Oliveirenses e eu digo que é uma notícia que me chocou! Como tal, pretendo com esta intervenção alertar para um problema que além de mim também chocou várias pessoas com quem falei e que me interpolaram ao longo destes últimos dias.

Também, e antecipadamente quero esclarecer que, nada tenho contra a Comunicação Social nem cultivo animosidades e descargas de raiva contra os jornalistas como agora também é moda para Oliveira do Hospital.

Todos merecemos respeito e tratamento com dignidade. Também não costumo imiscuir-me em questões que só dizem respeito à Comunicação Social e aos jornalistas.

Os políticos tomam decisões, fazem escolhas e os jornalistas devem fazer notícias sem pressões nem ameaças.

Mais uma vez, o respeito pelas pessoas.

É por esse respeito obrigatório, íntegro e plural pelas pessoas e pela sua dignidade que não posso concordar com a notícia e a abordagem feita ao noticiado caso *“Prostituição nas ruas da cidade”*.

Sou e serei sempre de opinião que para casos como este, ainda mais num meio pequeno para este tipo de notícias, as da desgraça dos outros, as da subjugação e da discriminação fácil, que deva imperar mais discrição, mais bom senso, evitando-se sensacionalismos sem qualquer razão preservando-se, assim, a dignidade daquela mulher e de outras mulheres ou homens, ainda mais, quando estamos a falar de jovens.

Todos nós somos ou podemos vir a ser pais ou avós e nunca saberemos se um dia um problema destes não nos pode vir “bater à porta”. Como tal não iríamos desejar que houvesse uma exposição desta forma.

É nosso dever, acima de tudo, moral e ético darmos um contributo para a resolução de problemas desta natureza e não gerarmos um novo. Arriscamo-nos a agravá-los e muitas vezes com consequências irreparáveis. Como tal, aquela notícia como foi apresentada nada contribui para a resolução deste problema e pelo contrário, criou já um novo. Expôs aquela jovem mulher e lançou-lhe uma fama mediática que só aumentará a sua desgraça num futuro próximo.

O jornal é livre de publicar o que entende.

Eu como cidadão sou livre de emitir a minha opinião, devendo a mesma ser, apenas e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só, interpretado como uma crítica construtiva e pedagógica.

Aquela mulher e a sua situação deveria ser protegida e preservada até porque o caso dela já estava sinalizado e a ser acompanhada por vários serviços sociais locais a fim de resolverem esta situação, como é hábito de forma discreta.

Fazer deste caso, capa de jornal não dignifica ninguém até porque houve aqui uma exploração da desgraça e da miséria alheia.

Faz-se da desgraça sensacionalismo.

Por fim, peço e agradeço que esta minha intervenção não seja utilizada para alimentar mais esta notícia, mas que seja interpretada de forma construtiva e pedagógica para que no futuro temas como este não sirvam de capa de jornal para a Comunicação Social. Na certa, outras temáticas haverá para serem noticiadas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a intervenção que trazia queria dizer ao Rui Abrantes que com toda a honestidade e sem qualquer hipocrisia, e tu sabes disso, que eu sempre te tive como um dos jovens políticos com mais qualidade no nosso Concelho. Mas, aquilo que tu vieste aqui fazer hoje na minha terra tem uma qualificação que não vou verbalizar. Simplesmente digo que foi um grandessíssimo frete.

A resposta a todas as outras questões da tua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara melhor do que eu saberá desmontá-las. Mas, não posso deixar de te lembrar isto: O teu Governo é responsável por duzentos mil emigrantes e por uma taxa de desemprego na casa de quase vinte por cento.

Quanto à minha intervenção:

Não farei um prólogo sobre as conquistas de Abril, dos homens e mulheres de Abril. Não farei um prólogo sobre a democracia ameaçada, sobre a liberdade comprometida, sobre esse sonho que Abril trouxe e que nos querem roubar. Não o farei.

Sabemos todos, porque fomos eleitos democraticamente, que nos cabe a nós, também, fazer cumprir Abril. Que é no poder local que se semeia a democracia, e devo por isso, desde já, felicitar o Executivo pela iniciativa de promover um Orçamento Participativo aberto aos cidadãos e o Empreender+ que com um investimento na casa dos trinta e dois mil e quinhentos euros estimulou a criação de novas empresas na nossa terra. Dar também os parabéns às empresas na transformação de carnes, A Hsaúde e Isabel Gomes. Dar votos de sucesso para que tal como estes empresários muitos mais se venham a querer fixar em Oliveira.

Esse é indubitavelmente o caminho: devolver a democracia às pessoas.

Dizer-lhes que a política não existe fechada nas Instituições que a simbolizam e não é propriedade de ninguém. E isso, José Carlos Alexandrino e a sua equipa eleita, fizeram-no desde o primeiro dia: abriram a Câmara Municipal aos Oliveirenses e aos autarcas sem discriminação. Estiveram e estão disponíveis, desde o primeiro momento, para o diálogo e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a cooperação com todos. Tiveram desde sempre a consciência de que congregando sinergias se faria mais e melhor por Oliveira do Hospital e pelos Oliveirenses. Porque a democracia é também isso.

Mas, o PSD tem o condão de querer fugir de Abril. E não é a ausência de cravo na lapela do Presidente da República, que o assume. É uma atitude enraizada de desrespeito pela memória e conquistas da liberdade. Uma proposta política clara de privatizações, desmantelamento do Sistema Nacional de Saúde e, evidentemente, da educação.

O Presidente da República brindou ontem os portugueses com um discurso sectário, fracionário e antidemocrático. Indiferente ao sofrimento dos portugueses esqueceu-se deliberadamente de dizer que em democracia encontraremos sempre alternativas.

A democracia está em risco quando temos um Presidente da República que não a defende e que alinha no discurso do medo e da inevitabilidade. E se o Presidente da República e Governo, PSD-CDS, não conseguem já surpreender-nos nem desiludir-nos nos seus desvarios, vem agora a candidata do PSD, com as suas aparições públicas, mostrar-nos aquilo de que já há muito não nos lembrávamos: que em Oliveira do Hospital também há quem faça uma política irresponsável.

Esta Senhora e a atual direção do PSD local devolveram em força o que pior havia nas equipas de Mário Alves.

Cristina Oliveira não conseguirá deixar de ser a responsável por um Mega Agrupamento no Concelho. Poderá tentar toldar a opinião pública e distorcer os factos, mas, os oliveirenses saberão sempre que é a principal responsável por um projeto que desmantela a educação no Concelho.

Um Mega Agrupamento é o sinal evidente de que, Cristina Oliveira, não conhece Oliveira do Hospital, de que não lhe interessa o sucesso educativo, e que os Oliveirenses não são para ela uma prioridade.

Em democracia não pode propor-se um diálogo quando a decisão já está tomada.

Em democracia não pode fechar-se os olhos quando é apresentada uma solução que favorece toda a comunidade, no caso a educativa, só porque essa solução é apresentada por um adversário político.

Se a proposta do Executivo Camarário, sensível à necessidade de introduzir melhorias, propunha a redução, dado que era uma imposição haver uma redução, de cinco para três agrupamentos porque insistiu a DREC na pessoa da candidata do PSD à Câmara de Oliveira do Hospital, numa posição demolidora?

É impossível que quem tenha cometido esta brutalidade conheça as especificidades do nosso Concelho.

À frente do Município está e continuará a estar quem defende as pessoas, quem conhece os problemas reais que as pessoas enfrentam, quem é sensível a esses problemas e se bate na procura de soluções.

Assim se continuará em Oliveira do Hospital a cumprir Abril.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de, em primeiro lugar, começar por felicitar os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital pelos seus noventa e um anos de atividade bem como a apresentação da Escolinha de Jovens de Bombeiros. Uma excelente iniciativa que merece ser louvada. Sem dúvida uma boa forma de inculcar nestes jovens os princípios e os valores de ajuda ao próximo.

Também sobre o dia de ontem, relativo às comemorações do 25 de Abril, que foi celebrado para marcar este dia na nossa cidade. Congratular a iniciativa e sugerir para que em Sessões Solenes e futuras edições possam sair das portas dos Paços do Município e que seja celebrado lá fora com o povo.

Fica uma sugestão. Até porque o tempo, ontem, convidava a isso.

Congratular também a criação da recente página no *Facebook* dedicada à Divulgação do Turismo do Concelho de Oliveira do Hospital. Parece que o Município acordou para as novas realidades do mundo digital e das redes sociais. É sem dúvida uma ferramenta que pode e deve ser cada vez mais utilizada em divulgação do nosso Concelho. Mas, tendo em conta que se poder criar esta ferramenta através de meia dúzia de cliques, demorando apenas alguns minutos pena é que esta venha com um atraso de três anos em reboque de discursos que têm proferido nas últimas semanas. E quando aqui, nas últimas Assembleias Municipais, falava em falta de visão estratégica no exercício das funções políticas deste Executivo, é um exemplo destes que eu me referia.

Mas como diz o povo “*antes cedo do que tarde*”, mas, “*mais vale tarde do que nunca!*”.

De registar como positiva também a atividade da sensibilização dos comerciantes sobre a eficiência energética nos espaços comerciais que foi recentemente anunciada.

Gostaria de saber o que é que está a ser feito pelo Município no Concelho, relativamente a esta matéria?

Pois dá-me a ideia que pouco ou nada está a ser feito neste âmbito. Faz-me lembrar aquele provérbio popular, e permita-me a expressão, “*Olhe para o que eu digo e não para o que eu faço*”.

Gostaria também de retomar o assunto sobre o estado lastimável em que continua a Estrada da Beira. Penso que está a ultrapassar todos os limites toleráveis. Gostaríamos de saber quais são os avanços que tem sobre esta matéria?

Dá a ideia que a Estradas de Portugal querem fazer um troço de estradas especial para o Rally 2014, nesta estrada!

Caso este assunto se arraste por muito mais tempo e como forma de pressão acho que deveria começar a pensar em fazer as devidas obras e enviar as faturas para as Estradas de Portugal.

Dar nota, ainda, sobre o facto do chafariz do Largo Central estar sempre desligado!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por alguma razão em especial ou apenas como poupança? É que não me lembro de alguma vez ter vindo aos jardins e tê-lo visto ligado!

Tivemos recentemente conhecimento que o município se prepara para se substituir aos proprietários na reparação de um imóvel privado degradado aqui no centro da nossa cidade, com os argumentos de que está em elevado estado de degradação e a destoar numa zona central da cidade.

Quanto ao estado de degradação e à poluição visual que provoca, estamos todos de acordo. Só esperamos é que tenha a certeza que o dinheiro do erário público a ser gasto naquela obra seja realmente liquidado por quem de direito e não se abra aqui qualquer tipo de exceção.

No que se refere a sinalização gostaria, também, de lhe dar nota, e de viva voz, e à semelhança do que, aliás, foi feito em Assembleias Municipais anteriores, sobre o constrangimento e ao mesmo tempo perigo, provocado pelos carros que vêm da Catraia de São Paio e que tencionam virar para o espaço comercial Míni Preço.

Penso que uma linha contínua para que estes não possam virar diretamente para este estabelecimento mas que obrigue o automobilista a virar na rotunda de Gramaços, solucionava facilmente este problema.

Finalmente, Sr. Presidente, não podia terminar esta minha intervenção sem deixar um repto com uma proposta concreta que tem a ver com uma modalidade que não o futebol.

Colocar Oliveira do Hospital no centro do panorama nacional de enduro. Existindo no Concelho uma grande comunidade de jovens e menos jovens das motas de enduro. Sendo uma modalidade com grandes tradições e praticantes a nível nacional e local onde seguramente todos os fins de semana temos pelo menos cerca de vinte motas nos caminhos do Concelho e tendo a nossa cidade recebido desde provas nacionais a mundiais de enduro, venho propor-lhe a criação de uma pista, de um circuito com as devidas condições para o devido efeito a ser instalado num terreno camarário que esteja atualmente baldio e sem nenhuma utilidade. Para tal, tanto quanto fui informado por amigos que praticam esta modalidade, apenas era necessário o terreno propriamente dito, uma vedação, um ponto de água e uma simples cobertura para assistências. Este seria um investimento *Low Cost* e poderia, inclusive no futuro, servir para um centro de estágios e treinos. Constituindo assim um polo de atração para amantes e praticantes nacionais desta modalidade, trazendo deste modo retorno para a economia local. Seria com certeza um bom gerador de atratividade e uma boa maneira de acrescentar valor ao nosso Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco do Amaral Antunes Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostava de pôr aqui algumas questões relacionadas com o funcionamento de algumas Estações de Tratamento de Águas Residuais - ETAR's deste Concelho e até porque tive a informação de que não estão a funcionar como deviam. Eu próprio também fiz a minha avaliação pessoal e também recebi algumas queixas por parte de alguns Municípes.

Como já aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, a ETAR de Oliveira do Hospital continua a funcionar muito mal, com muitos maus cheiros, e a população



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

circunvizinha queixa-se muito disso.

Também há informação que muitas vezes ela está a funcionar diretamente para a linha de água.

Também, segundo sei, há problemas com a Estação Elevatória de Aldeia de Nogueira que não está a cumprir o seu papel de trazer os esgotos de Nogueira do Cravo e de Aldeia de Nogueira para a ETAR de Oliveira do Hospital e está também a drenar diretamente para a linha de água sem os esgotos serem tratados.

Também sei que em Avô muitas vezes a Estação de Tratamento de Águas Residuais está em *bypass* diretamente para o rio porque existem alguns problemas no seu funcionamento.

Também na Bobadela há problemas com a descarga da ETAR relacionados com o assoreamento da linha de água que faz com que os esgotos, e as águas tratadas não fluam normalmente para a linha de água o que faz com que depois a ETAR não funcione como deve de ser.

Também em Alvoco há problemas com o funcionamento da ETAR porque há excesso de água na ETAR, está certo que este ano foi um ano excepcional, mas como na altura nós também avisámos, a ETAR foi construída em zonas de grandes lençóis freáticos e, portanto, a ETAR também está a ter alguns problemas.

Também mais uma vez lembrava que é necessário resolver o problema da saída dos efluentes tratados, que às vezes podem não ser tratados, se retire do centro da Praia Fluvial da Moenda.

E mais um ano se passa sem esse problema ser resolvido. E gostava também de ver esse problema resolvido.

Aquilo que eu aqui deixo é um alerta para estes problemas, para o Sr. Presidente da Câmara se preocupar com eles, para o Sr. Presidente da Câmara questionar as Águas do Zêzere e Côa acerca deste problemas porque um Concelho que não se preocupa com o tratamento dos esgotos, que não se preocupa com uma coisa que é básica é um Concelho sem dignidade e, portanto, isto é fundamental, resolver estes problemas do funcionamento das ETAR's e responsabilizar as Águas do Zêzere e Côa a quem a Câmara paga e parece que paga muito. Segundo consta.

Depois gostava também de dizer que a grande maioria dos eventos, dos tão falados eventos, na minha opinião, são importantes para este Concelho. E só não vê quem não quer!

Eu aproveito para dar os meus parabéns acerca da forma como correu a Feira do Queijo, que foi um sucesso.

Lembrar também esta questão dos percursos pedestres que são muito importantes para o desenvolvimento turístico do Concelho.

Na semana passada houve uma atividade, um rali de carros clássicos, "Rali Verde Pinho". Quem tivesse ido ao Vale do Alva via o movimento que trouxe ao Vale do Alva e aos restaurantes e até a outros pequenos comércio e pensar que essas pessoas vêm cá nesse dia e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podem voltar e podem vir cá gastar dinheiro no nosso Concelho.

Também a página do Facebook foi uma boa iniciativa e também aqui deixo os meus parabéns.

Mas, também gostava de dizer o seguinte: Estas atividades são importantes, são claramente importantes, mas, o Município também tem que se preocupar com o que está por trás. E o que está por trás é: Se estas atividades servem para desenvolver o turismo e o comércio também temos que fazer o que tem que ser feito por trás. Que é, conservar o património construído e natural. Isto é fundamental que haja esta preocupação constante por parte do Município. Eu sei que alguns passos têm sido dados.

Volto a lembrar a questão da limpeza das linhas de água. É extremamente importante mas há muitas outras questões que o Município tem que se preocupar com elas, como por exemplo o problema das construções ilegais, a questão dos eucaliptais ilegais, constantemente. Com a questão da doença do nemátodo na madeira do pinheiro estão a aparecer surribas e remoções de terra ilegais e plantações de eucaliptos ilegais que têm que ser combatidos porque têm um efeito nefasto na paisagem.

Floresta, e não querendo estar a falar da minha área profissional e maçar os Senhores e as Senhoras, não é só prevenção, floresta é também conservação.

Gostava que o Município se preocupasse com estas questões.

Futuramente vamos propor que se faça um Regulamento Municipal referente à plantação de espécies de crescimento rápido porque, se não, dentro de vinte anos temos o Vale do Alva e do Alvôco completamente alterados e, acabou! Como já está a ficar Tábua, como está Mortágua.

Nós temos que conservar aquilo que temos de melhor.

Também queria deixar aqui o repto para que houvesse um maior envolvimento da Câmara, para conseguir trazer um troço do Rally de Portugal para o Concelho de Oliveira do Hospital. Já é quase certo que o rally vem para a região Centro. O rally é muito importante aqui para a nossa região. Fugiu daqui para o Algarve e vem para cá para o ano. Que venha pelo menos um troço para o Concelho de Oliveira do Hospital. É o papel que este Município tem que desenvolver. Tem que conseguir trazer um troço para aqui.

Por último, queria deixar aqui os meus parabéns ao Eng.º José Carlos Marques Silva que foi recentemente nomeado Comandante Operacional Municipal. O Eng.º Florestal da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital do Gabinete Técnico que tem desenvolvido aqui um excelente trabalho sempre com grande dedicação ao Concelho, com grande dedicação à causa. Segundo a informação que tivemos na última reunião de Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios ele vai ser nomeado como Comandante Operacional Municipal e deixo-lhe aqui os meus parabéns públicos.”

Terminadas as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Cumprimento todos os presentes e deixem-me fazer já uma referência: Quero-vos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que estou completamente à vontade e nenhuma intervenção me incomodou porque há intervenções com nível, como por exemplo a intervenção do meu futuro adversário pelo CDS, do Eng.º José Vasco. Uma intervenção absolutamente construtiva para o Concelho. Também percebemos nitidamente a intervenção do Sr. Deputado Rui Abrantes. Uma intervenção destrutiva, sem pés nem cabeça, mas, quando chegar a hora lá lhe responderei.

Percebemos, nitidamente, que sendo adversários e tendo ideias que podemos fazer um debate político elevado.

Mas nós já vamos ver quem é que disse que o debate político devia ser elevado e as afirmações que foram feitas a seguir.

Como aquela dos “*seres menores*”. Que o Executivo era constituído por “*seres menores*”.

Porque houve uma pessoa, e eu não meto as pessoas do PSD todas no mesmo saco, um Presidente da Comissão Política que diz numa entrevista que quer um debate político. É a mesma pessoa que diz, e vem na imprensa, e estão ali os Senhores jornalistas, eu vi e ouvi uma gravação, diz que este Executivo são “*seres menores*”.

O Presidente da Comissão Política do PSD tem uma atitude neo nazi quando diz que este Executivo são “*seres menores*”. Isto tem nome. É uma atitude neo nazi, porque pensa que é da raça ariana.

Ele está enganado!

Em Oliveira do Hospital não lhe vão permitir e também porque “*quem não se sente não é filho de boa gente*”, e o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD teve e reafirmo aqui uma atitude neo nazi. A afirmação foi dele! Não foram os jornais. Eu ouvi uma gravação.

Vamos àquilo que interessa que é o desenvolvimento do Concelho e isso é que é importante.

Como vocês sabem há quem fique extremamente incomodado com um conjunto de acontecimentos e com a criação e divulgação da marca Oliveira do Hospital.

O caso da Feira do Queijo, que foi aqui referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, e também todos os outros eventos que foram aqui referidos. Eu quero dizer que o sucesso dos nossos eventos é o sucesso de Oliveira do Hospital, é o sucesso da marca do nosso Concelho.

Eu percebo que alguns querem que estas coisas corram mal porque o nosso insucesso na organização seria o sucesso deles.

Temos discutido estes assuntos nas reuniões de Câmara, e hoje quero saudar a presença do Sr. Vereador Mário Alves. Temos discutido estes assuntos e eu ouço. Eu sou um homem que sei ouvir e sei recolher.

Sobre a Feira do Queijo, o Prof. Mário Alves disse-me um dia que ao levar a feira lá para baixo que a poderia matar. E digo-vos, a Feira do Queijo correu muito bem, contudo, esta Comissão Política do PSD elaborou um comunicado com um conjunto de mentiras relativas à Feira do Queijo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu digo aqui porque é que eles são mentirosos. E digo isto sem ofensa. São mentirosos porque a Câmara Municipal não pagou cinco mil almoços como eles afirmaram várias vezes e em vários sítios. É uma infâmia.

Venham aos serviços da Câmara Municipal que eu permito e mostro as faturas quando quiserem para nós desmontarmos as constantes mentiras que eles apregoam.

Sobre estas mentiras relativas à Feira do Queijo e sobre as Comemorações do 25 de Abril não me preocupa absolutamente nada. E vou-vos ser muito sincero. Esteve cá uma pessoa que eu prezo muito do PSD que é meu amigo e Deputado desta Assembleia Municipal, João Esteves.

As Comissões Políticas não vêm às comemorações do 25 de Abril, não vêm aqui nem em lado nenhum, quem são convidados são os representantes eleitos pelo povo que estão nesta Assembleia Municipal porque as Comissões Políticas não são eleitas pelo povo são eleitas pelos seus filiados no partido, por isso, quero dizer que a presença do João Esteves me deixou particularmente muito satisfeito. É um homem de valor dentro de PSD e por quem eu tenho uma estima e uma consideração muito especial. Esteve cá a título particular e não utilizou a palavra respeitando a opção do PSD.

Em relação às ETAR's e este assunto atravessa as intervenções dos Srs. Presidentes de Junta, Aníbal Correia e Nuno Filipe e a intervenção do Deputado Eng.º José Vasco.

A ETAR de Oliveira do Hospital é uma ETAR que está com alguns problemas.

Eu gostava de ler aqui o último ofício que recebemos, até porque o Vereador Mário Alves que vive ali perto, e também o empresário Paulo Rogério têm levantado muitas vezes este problema das ETAR's. Eu tenho aqui uma resposta para vos ler e dizer o que é que aconteceu em Oliveira do Hospital. Foi no dia 19 de abril que fiz este despacho e mandei cópia para os Senhores Vereadores e para o Sr. Paulo Marques que é o Coordenador desta parte da água e do saneamento.

“Em resposta ao vosso fax, Processo 42/19, de 17 de abril de 2013, informamos que na próxima terça-feira, dia 23 de abril de 2013, serão colocados 4 novos arejadores com mais potencia que os atuais por forma a colmatar os problemas do efluente da rede em baixa, nomeadamente o excesso de gradados e gorduras. O investimento a efetuar ronda os 80.000€.

Dos 4 arejadores de superfície iniciais, apenas 1 está a funcionar (os restantes estão avariados devido à elevada presença de gradados e gorduras), mas além deste, estão a funcionar 2 arejadores de fundo (venturis), um que retirámos de uma ETAR que ainda não estava em serviço e outro que foi emprestado pelo “outsourcing” da operação.

Os 4 arejadores iniciais, eram 2 por cada vala, mas neste momento só temos uma vala em serviço, com o equipamento já referido.

Com o aumento das temperaturas o equipamento instalado é insuficiente para efetuar um arejamento adequado, facto que pedimos desculpa, mas que a partir da próxima terça-feira o problema ficará definitivamente resolvido.”

Esta é a resposta que chegou. Como disse enviei ao Senhores Vereadores.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Meruge, Aníbal Correia, quero dizer que ele tem toda a razão. O custo das duas Estações Elevatórias é de cento e cinquenta mil euros mas eu acho que com oitenta mil euros se poderiam fazer estas obras todas.

O Grande problema das Águas do Zêzere e Côa são os financiamentos para estas obras. Como vocês sabem os financiamentos são do POVT.

Oliveira do Hospital fez, há mais de seis meses, uma candidatura para a requalificação de toda a estrutura de saneamento e águas de Vila Franca da Beira e disseram-nos que não era aprovada.

Também estão a decorrer umas obras importantes de saneamento na Quinta das Tapadas e no rio Seco em Travanca, aquela zona toda da estrada, que também não tem saneamento, foi adjudicado, candidatamos estes processos e disseram-nos que não.

É verdade que também candidatamos na mesma altura o processo da água e saneamento da Moita, Formarigo e Carvalha que é uma obra de cerca de quinhentos mil euros e que terá cofinanciamento de oitenta e cinco por cento e até agora não houve resposta, mas, esperamos que esta obra tenha financiamento para poderemos lançar outras obras de saneamento.

A resolução destes problemas com as ETAR's prendem-se com questões de dinheiro e dizem os administradores das Águas do Zêzere e Côa que o problema é que estas obras têm que ter a aprovação do Ministro das Finanças.

Aldeia das Dez é uma das vinte e sete Aldeias do Xisto e está integrada na rede dos Caminhos do Xisto. No domingo passado estive no lançamento do Caminho do Xisto de Aldeia das Dez o Sr. Presidente da Câmara do Fundão que é ao mesmo tempo o Presidente da ADXTUR. Para mim foi uma grande honra recebe-lo porque ele tem o mérito de ter percebido que Aldeia das Dez deveria pertencer às Aldeias do Xisto. Todas as obras que se têm efetuado em Aldeia das Dez têm sido cofinanciadas com a cooperação da ADXTUR.

O Sr. Presidente da ADXTUR esteve cá, teve o cuidado de vir e até foi fazer a caminhada, para mim foi uma grande honra recebe-lo porque é um presidente com quem eu tenho boas relações. Ele até poderá vir cá ao concelho para explicar algumas coisas para depois vermos quem é que fala verdade nalgumas áreas.

No Concelho de Oliveira do Hospital existem situações similares à verificada em Meruge. Também do Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território foi dito que as povoações com situações similares à verificada em Meruge são: Vila Franca da Beira, Ervedal da Beira, Andorinha, Travanca de Lagos, Lajeosa que neste momento já está executada), Meruge, Bobadela, Nogueira do Cravo, São Paio de Gramaços, São Gião, Galizes (que já foi executado pelo Município), e São Sebastião da Feira.

O Senhor Presidente da Junta de São Sebastião da Feira sabe que tenho sido um homem empenhado e que temos ali um problema junto ao rio Alva que vamos resolver.

Ainda há muito para fazermos no Concelho mas, hoje, Oliveira do Hospital tem uma fatura que dificilmente poderá suportar no futuro se não houver alguns reajustamentos.

Neste momento a Câmara de Oliveira do Hospital em conjunto com todas as Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais não reconhecem as faturas que são enviadas para pagamento porque são contas excessivas.

Se verificarem nos mapas das despesas nós devemos às Águas do Zêzere e Côa quase quatrocentos mil euros.

Nós vamos ter de pagar e temos que ter este dinheiro de parte porque senão este valor pode desequilibrar financeiramente a autarquia mas estamos a tentar negociar o pagamento.

A fatura do saneamento é superior à fatura da água. Quando há muitas chuvas, e nestes três últimos meses choveu bastante, a fatura do saneamento é muito elevada e aqui o Eng.º José Vasco tem razão, quando há um caudal que ultrapassa o volume da própria ETAR ela trabalha em *bypass* e vai direta para as linhas de água.

Como eu disse, estes investimentos são bastante elevados e estamos a fazer pressão mas, para termos um Concelho devidamente equipado nesta área ainda falta percorrer um grande caminho, e eu reconheço isso. Temos estado atentos. Tenho boa relação com as pessoas das Águas do Zêzere e Côa, mas às vezes não me vale de nada, mas é um problema que terá de ser resolvido.

O Sr. Presidente da Junta de Meruge também fez uma pergunta sobre o Contrato Local de Desenvolvimento Social e quero dizer-lhe que estes contratos são feitos por convite e por escolha do Governo.

Tive oportunidade de falar com o Sr. Eng.º Ramiro, que é o Diretor da Segurança Social e disse-lhe que a avaliação ao CLDS que decorreu na Associação do Cobral em Meruge foi muito positiva e que por isso deveriam continuar não só pela experiência mas também porque o próprio Ministério e o próprio Ministro reconheceu numa reunião em Coimbra o CLDS que decorreu na Associação do Cobral em Meruge como um bom exemplo de uma estrutura que tinha funcionado muito bem. O Sr. Eng.º Ramiro também me disse que ia fazer o possível para que continuasse aqui um Contrato Local de Desenvolvimento Social.

Eng.º Carlos Artur, sobre os investimentos da ADIBER gostaria de anunciar que houve uma reunião, fez ontem oito dias, onde foram aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital vinte projetos num investimento total de um milhão, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e noventa e seis euros e o apoio PRODER para estes projetos para o Concelho de Oliveira do Hospital vai ser no valor de setecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis euros, perto de oitocentos mil euros.

Dou esta informação com sentido de missão cumprida. Eu faço parte do Conselho Executivo da ADIBER e na última reunião todos os projetos que foram apresentados para Oliveira do Hospital foram aprovados. Todos!

Por isso quem está de parabéns são os empresários, as IPSS, os empreendedores. Temos mais um milhão e quatrocentos mil euros que serão investidos no Concelho de Oliveira do Hospital. É uma boa alavanca. São cerca de oitocentos mil euros que são conquistados e serão aplicados, se todos forem concretizados, na economia do Concelho de Oliveira do Hospital.

Se isto não é trabalho produtivo e com resultados visíveis então alguém, de certeza,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não quer ver uma realidade que é evidente.

Nesta área e com a colaboração dos empresários também apresentamos resultados.

O Presidente da ADIBER referiu que foi o Concelho de Oliveira do Hospital que apresentou mais dinâmica neste último aviso de concurso. E foi o Concelho de Oliveira do Hospital quem puxou pela Beira Serra. Isto não são palavras minhas, são palavras do Sr. Presidente da ADIBER.

Para os incrédulos e para os críticos derrotistas fica aqui a prova do nosso empenho e dos resultados alcançados em colaboração com os outros. Porque nós trabalhamos em equipa.

Ao Eng.º Carlos Artur quero dizer que o Projeto Turístico da CRAPTUR - Apartamentos Turísticos Unipessoal, Lda., das Caldas de São Paulo, é muito interessante e é também um processo complexo.

O Presidente do Município e todos os Vereadores sem exceção consideram que este projeto é de interesse municipal. Se alguém tem dúvidas que as tire.

Desde o início do processo houve um forte empenho do Presidente do Município e do Sr. Vereador Dr. José Francisco Rolo, acompanhando o promotor Francisco Cruz a várias reuniões a Lisboa e ao Turismo de Portugal. Nós não ficámos aqui. Fomos com o promotor quando foi preciso.

O promotor sabe como foi conseguido o financiamento e gostaria de recordar uma reunião decisiva na CCDR em Coimbra. Mas sobre estes pormenores sei eu e sabe o Prof. Francisco Cruz e sabe o filho que está aqui. Todos sabemos o que é que foi feito para que este investimento de três milhões e meio de euros viesse para o Concelho.

Agora colocou-se aqui um problema sobre o caminho de acesso ao Poço das Águas Termas se era um caminho público, como defendiam um conjunto de pessoas que entregaram aqui um abaixo-assinado, com várias dezenas de assinaturas, ou é privado, como defende o promotor do projeto.

Numa tentativa de encontrar uma solução consensual, e eu tento sempre encontrar consensos, foi feita uma reunião entre os advogados do Município, o advogado que representava as pessoas do abaixo-assinado e também o advogado do Prof. Francisco Cruz, tendo-se chegado, nessa reunião, a um acordo. O projeto preveria o acesso livre ao poço termal mas apenas através de uma entrada pedonal. Desde tempos imemoriais que as pessoas tinham acesso ao poço termal não de carro mas a pé.

Mais tarde o promotor, no seu legítimo direito, informou-me que não aceitava essa condição pois considerava que aquele caminho era privado e que foi feito, na altura, sem o consentimento dos proprietários e que a Junta de Freguesia, da época, e a Câmara Municipal tinham ultrapassado as suas funções aquando da colocação dos paralelos e do resto que lá está.

Por outro lado o calcetamento do referido caminho e a colocação da rede de água e ainda a colocação da iluminação pública nunca tinha sido contestada pelo antigo proprietário.

Perante estes dados eu pedi ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal para que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estudasse o caso e me fizesse um relatório jurídico que suportasse as decisões a tomar.

Tenho aqui o relatório. Também quero dizer que o licenciamento deste complexo turístico e derivado à sua importância nunca foi atrasado devido aos problemas do referido caminho. E já vamos ver porquê.

O relatório que me foi entregue e feito por dois advogados diz isto:

“É entendimento unânime da jurisprudência que o licenciamento administrativo, não confere qualquer direito de propriedade, apenas, confere o direito de construir de acordo com os condicionalismos impostos pelo alvará.

Com efeito, uma das principais características da “licença de construção” traduz-se na submissão exclusiva às regras de direito do urbanismo, significando isto que a “licença de construção” não é instrumento adequado para verificar o respeito de situação jurídico - privadas cuja definição não cabe à Administração Pública, mas sim aos Tribunais, e daí que seja costume afirmar que a licença de construção é atribuída “salvo o direito da propriedade e sem prejuízo do (direito) de terceiros”.”

Também é referido num outro artigo:

“Dito de outro modo, a legalidade do deferimento de um pedido de licenciamento de uma obra tem de se equacionar com a atinência exclusiva aos condicionalismos urbanísticos legalmente estabelecidos, não incumbindo à Administração qualquer forma de composição jurisdicional de conflitos, só aos tribunais competindo administrar a justiça (princípio da reserva de competência judicial...).”

Dizem-me eles ainda: *“Em suma, na dúvida, não deve a Câmara se pronunciar sobre uma questão que está reservada aos tribunais.”*

Nas conclusões tem mais este artigo, e começa aqui uma grande confusão: *“Com efeito, em face das dúvidas que se suscitam, designadamente quanto à natureza do caminho, deve a Câmara Municipal declarar-se estritamente neutral no que respeita a conflitos de todo o tipo que, eventualmente, possam ter lugar entre o peticionário da licença e terceiras pessoas.”*

Se a obra não avançar não será por não haver licenciamento.

Depois, alguém interpretou que eu tinha uma posição neutral em relação a isto. Mas, não! Eu nunca tive posição neutral! Eu nunca fui neutral!

Eu sou um defensor do projeto porque o considero de interesse relevante para a zona do Vale do Alva e para o Concelho de Oliveira do Hospital e mais ainda, eu sou defensor de todos os projetos que nos criam postos de trabalho e que tragam desenvolvimento para o Concelho.

São estes projetos que têm que ter o meu empenho, como também o empenho do Dr. José Francisco Rolo e do promotor que tem muito mérito nas suas conquistas. Eu não quero tirar o lugar ao promotor do que ele conseguiu do seu suor e da sua luta. O que eu não posso é ultrapassar pareceres jurídicos e gostava de vos lembrar aqui o caso do Presidente Macário Correia. Eu tenho que justificar o meu posicionamento através de regulamentos que tenho que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprir e há coisas que eu não tenho conhecimento. Não tenho a pretensão que sei tudo! E por isso, não me compete dizer se o caminho é público ou privado. A minha função é defender o interesse público.

Reafirmo aqui que sou a favor do projeto, mas não queiram que eu seja juiz numa causa tão difícil e tão complexa.

Respeito o parecer jurídico que me foi entregue e assinado por dois juristas.

Quero que fique aqui claro que não darei qualquer hipótese nem qualquer pretexto para que o Presidente do Município seja bode expiatório e que digam que o projeto não foi para a frente por culpa do Presidente da Câmara.

Este é o princípio que temos defendido. O projeto está agora numa fase de discussão mas terá o licenciamento.

Sobre a EN17 quero informar e tenho aqui uma carta das Estradas de Portugal que gostaria de vos ler.

Esta carta é de onze de abril e eles dizem o seguinte: “Contudo informa-se que no âmbito da empreitada de Conservação Corrente em curso, têm-se procedido com alguma regularidade e sempre que as condições climatéricas o permitem a atividades de tapagem de covas, de modo a manter as condições de circulação, as quais não têm conseguido garantir a sua eficácia devido à chuva intensa e continuada que se tem feito sentir nos últimos tempos.

Mais se informa que está prevista na próxima intervenção da atividade de conservação de pavimentos a decorrer entre junho e julho de 2013, efetuar uma intervenção mais profunda em alguns locais da EN17.”

Esta é a resposta. Poderemos partir para outras tomadas de atitude porque na verdade a EN17 é uma vergonha.

Relativamente ao Mundial de Ralis, que foi referido pelos Senhores Deputados, informo que hoje recebi uma carta data de 23 de abril, que levarei à próxima reunião de Câmara para falar com os Senhores Vereadores.

A carta diz o seguinte: “Na sequência da visita efetuada em cinco de junho de 2012 pelos responsáveis do ACP Motorsport e da carta entregue nessa data a V. Exa. com as condições exigíveis para a organização do Vodafone Rally de Portugal, e sem as quais não será possível levar a cabo a realização deste evento tão importante para a vossa região e para o País, encontra-se o ACP em fase de conclusão do projeto do Vodafone Rally de Portugal 2014, prova pontuável para o campeonato Mundial de Ralis, que terá de ser apresentado à FIA – Federação Internacional Automóvel, no início do próximo mês de junho.

Assim, e porque estamos a considerar envolver no referido projeto, a Câmara que V. Exa. superiormente preside, gostaríamos de saber vossa posição final em relação ao pedido de apoio do ACP.

Dado o traçado do Rali, basta a recusa de uma das Câmaras Municipais envolvidas para inviabilizar a realização do evento, assim necessitamos de obter uma resposta formal da vossa parte e da Câmara até ao dia 31 de maio, período após o qual teremos de concluir o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto.”

E por isso levarei este assunto à próxima reunião de segunda-feira para discutir com os Senhores Vereadores e para decidirmos o que acharmos por bem.

Se trouxermos o Mundial de Ralis para o nosso Concelho alguns lá vão voltar a dizer “*mais uma despesa*” em vez de “*mais um investimento*”.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves agradeço as palavras em relação ao trabalho desenvolvido pelo Município.

Recordo o Programa AtivoSociais. Um programa muito interessante, que nós lançámos com as IPSS e com as Juntas de Freguesia e que já criámos oitenta e dois postos de trabalho.

O Governo, através do Orçamento de Estado, obriga a Câmara Municipal a dispensar pessoal. Digo ao Sr. Deputado Rui Abrantes que já veremos quantos empregados é que foram dispensados.

É verdade que a Câmara Municipal tem ajudado a resolver alguns problemas de empregabilidade.

Ao Sr. Deputado Rui Abrantes gostava de lhe dizer o seguinte: Este Rui Abrantes que nós hoje temos aqui não foi o Deputado Rui Abrantes que eu conheci durante quatro anos, nem durante os três primeiros anos do meu mandato.

Este Rui Abrantes que veio hoje aqui falar não é o mesmo Rui Abrantes que era no tempo do Prof. Mário Alves e do meu tempo. Este é outro! Não sei o que é que lhe aconteceu! Se sofreu uma osmose ou se sofreu uma transformação! A verdade é que ele não é o mesmo! Lembrou-se hoje de tudo o que tinha de mau neste Executivo. Houve aí alguém que lhe encomendou o frete.

Eu não meto as pessoas todas no mesmo saco e por isso admirei-me bastante com o Sr. Deputado Rui Abrantes. Houve ali qualquer coisa e há aí outro Rui Abrantes! Isto é uma coisa gira! Vejam como é que as pessoas podem mudar. E mudam de repente! Durante sete anos de Deputado nesta Assembleia Municipal nunca não teve este comportamento.

Não acredito que esta intervenção seja só sua! Acredito que é muito mais!... O pior cego é aquele que não quer ver!

O Sr. Deputado Rui Abrantes falou no número de desempregados em Oliveira do Hospital. E falou bem porque diz que o número de desempregados em Oliveira do Hospital aumentou. É verdade!

O Senhor quer que eu seja responsável pelas políticas do seu Governo, que lançaram pessoas no desemprego?

Oliveira do Hospital tem um conjunto de desempregados na Construção Civil e o Senhor quer-me responsabilizar por isso. Digo-lhe quais são as empresas. Porque o Senhor, se calhar, não conhece as empresas nem as pessoas mas eu conheço-as: Tecnovia, Construtúnel, Mota-Engil e ainda lhe posso enumerar mais empresas que lançaram um conjunto de trabalhadores no desemprego.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal tem vindo a dar oportunidade e emprego a estas pessoas. Aquilo a que o Senhor chama de POC's.

Estas pessoas têm experiência. São pessoas que não querem estar em casa. Foram empurradas para o desemprego. Famílias inteiras! E a minha obrigação como Presidente, Sr. Deputado Rui Abrantes, é ajudar essas pessoas. E sabe porquê? Porque elas não querem estar sem fazer nada e a receberem do fundo de desemprego. Vêm para aqui e o Município paga-lhes o subsídio de alimentação, o subsídio de transporte e dá-lhes uma bolsa, e ainda ganham à volta de, duzentos euros por mês. São bons funcionários!

Garanto-lhe que não sou responsável, nem Oliveira do Hospital é responsável por esta crise.

Eu não sou o Primeiro-ministro de Portugal!

O Senhor entende que o País é oásis e que Oliveira do Hospital é uma desgraça. Não consegue ver que Oliveira do Hospital se integra num todo.

Quero dizer-lhe que eu não sou o Primeiro-ministro de Portugal. E ainda bem diz o Senhor! Mas se fosse não tínhamos este desemprego.

Quando o Senhor fez a sua intervenção eu não falei consigo e por isso o Senhor deixa-me acabar.

O Senhor está-me a valorizar. Você quer que o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital seja o homem responsável pela crise do País e pela crise destas empresas. Mas garanto-lhe que não sou!

Aqui, em Oliveira do Hospital temos feito um grande mandato. Nestas horas de dificuldade temos conseguido trabalhar e inverter as coisas.

Mas sabe, às vezes a cegueira não nos deixa ver e eu não tenho remédio para lhe dar nem lhe posso receitar uns óculos.

Não há seriedade política quando se fala do Agrupamento e da agregação.

O João Dinis disse-lhe aqui algumas verdades e por isso não vale a pena eu dizer mais nada.

Constantemente, o vosso jogo é o da mentira.

Disseram que se esta Assembleia se pronunciasse, chamando de mentecaptos a esta gente que está aqui, que perderíamos menos freguesias mas eles sabem fazer contas.

Disseram que no Concelho só seriam três Freguesias extintas e quem teve a culpa de serem cinco foi o Presidente do Município. Isto está num comunicado.

E vocês acham que esta gente não sabe o que faz quando vota?

Sabem o que é que estão a chamar a esta gente?

Eu sei o que vos incomoda! Incomoda-vos eu ter uma boa relação com os Presidentes de Junta independentemente das suas cores partidárias. Nós sabemos!

E vocês chamam-lhe de coação!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que eu chamo de coação é um Presidente da Junta, que está aqui, ser ameaçado que lhe despediam o genro se não fosse na vossa lista.

Isso é que é coação e é vergonhoso. A pessoa está aqui dentro desta sala é um Presidente da Junta. Eu não o exponho aqui por uma questão de princípio e não o quero expor porque eu tinha coragem para o dizer aqui mas eu não quero. Digo-lhe que isso é que me enoja na política e eu não sou desse calibre.

Sobre a agregação quero dizer-lhe: O Presidente do Município do Fundão, Paulo Fernandes, disse porque é que não teve agregação. Disse-o à frente de pessoas que aqui estão e disse qual foi o projeto do Concelho dele. E sabe porquê? Ele também é independente e vai ser o candidato do PSD, mas, sabe porquê? Não sabe pois não? Você quando estiver com ele pergunte-lhe porque ele até se ofereceu a dizer isso aqui em Oliveira do Hospital publicamente.

As pessoas dizem que não são sectárias politicamente mas dou-lhe mais exemplos de como isto não é igual. O Presidente do Município do Fundão fez muito bem. Não estou aqui a criticar a posição do Presidente do Município, pelo contrário. Ele fez muito bem. Defendeu o seu Concelho do atentado que se fez aqui em Oliveira do Hospital e que tem o nome de um responsável.

E dou-lhe outro exemplo de outra Câmara do PSD. Aqui é que começam os problemas. Não há igualdade. É Cantanhede.

Poderíamos também discutir outros assuntos e a forma de aplicação das leis. A mim não me ensina nada sobre isto!

Mas, estes assuntos são para as eleições. Não são para aqui.

A Assembleia Municipal não é lugar para virmos discutir estes assuntos, mas o Senhor Deputado Rui Abrantes pôs-se a jeito para esta discussão. E o meu caro amigo vem quantas vezes quiser porque eu cá estarei para lhe responder.

Ao Sr. Nuno Filipe, Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, quero dizer que neste momento a requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, está em análise de propostas. Concorreram muitas empresas e por isso iremos lançar agora o concurso.

Eles não queriam que nós fizéssemos mais obra nenhuma. Não sei porquê? Andaram a dizer que devíamos fazê-las mas como elas agora podem ser inauguradas antes das eleições eles não querem. E acham que isto agora é mau e até dizem: Vejam lá se ainda inauguram as obras!

Mas estão com mede de quê?

Eu não preciso das obras para fazer o meu trabalho. Mas as obras são necessárias.

Sobre aquele caso da prostituição, eu acho que se generalizou um caso individual que está a ser acompanhado pelos nossos serviços da Câmara Municipal.

As pessoas às vezes têm dias maus e os jornalistas também podem ter um dia mau. E sobre este caso não gostaria de dizer absolutamente mais nada porque teria que ser desagradável.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao Sr. Deputado Dr. Francisco Garcia e sobre o Empreender+ quero dizer que a incubadora BLC3, neste momento, não tem espaço para mais empresas e é importante nós percebermos isto.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael referiu aqui um conjunto de atividades dizendo que “*vale mais tarde do que nunca*” e isso é verdade. Vale mais tarde do que nunca. Também estou de acordo consigo.

Sobre a EN17 digo-lhe que só falta a Comissão Política do PSD vir dizer que sou eu que tenho a culpa por a EN17 estar assim! Só falta isso mesmo!

Este Governo tem que assumir as suas responsabilidades e deveria ter vergonha de ter aquela estrada assim.

Em relação à recuperação do imóvel eu percebo a preocupação do Eng.º Rafael. Nós estamos com alguns problemas para notificar os proprietários porque existe um conjunto de herdeiros, contudo, este problema resolve-se de forma simples. Nós podemos gastar o dinheiro, mas, fique descansado porque se nós conseguirmos notificar os proprietários depois metemos-lhes uma ação para eles nos pagarem. Se eles não nos pagarem penhoramos-lhe o edifício e a situação fica resolvida.

Neste momento há um problema com a notificação de todo os herdeiros o que nos está a atrasar todo o processo.

As notificações têm um prazo e quando não se encontram as pessoas é um aborrecimento e isto ainda pode demorar e pode não ser feito neste mandato.

Em relação ao que disse sobre a situação que existe junto ao Mini-Preço, já não é a primeira vez que traz este assunto.

Eu também estou de acordo. Esta situação tem que se resolver e tem que se encontrar uma solução porque já não é a primeira vez que há acidentes.

A Câmara Municipal pensa adquirir medidores de velocidade para garantir a segurança naquele local.

Em relação à sua proposta do enduro é assim: Eu não posso substituir o Clube Seita mas era possível fazermos uma parceria com o Clube. Os terrenos não são nossos mas a sua proposta é interessante. A possível pista de enduro também poderá servir para as bicicletas BTT que é uma coisa que está muito na moda.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis falou no problema das Eletrificações Rurais. Penso que os projetos estão prontos para ser lançados. Também as limpezas das margens do rio estão neste momento em concurso. Há ali uns problemas no concurso porque concorreram três empresas. Mas pensamos que rapidamente, agora no verão, que se fazem aquelas limpezas.

O Rali Verde Pinho não foi organizado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Os organizadores do rali gostam muito das rampas de Oliveira do Hospital e pediram-nos apoio. O que nós pagamos foi só à GNR. Foi uma prova interessante e eu percebi que aquelas pessoas adoram aquelas rampas. Foi o Prof. Mário Alves que as fez, e por isso,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não fez tudo mal.

Também quero comunicar que o Comandante Operacional da Proteção Civil é o Eng.º José Carlos. Pedi a opinião aos Comandantes dos Bombeiros Voluntários de Lagares e Oliveira do Hospital e eles também concordaram. O Eng.º José Carlos é um funcionário exemplar desta casa, tem formação nesta área e já executava este trabalho e esta nomeação foi uma questão de justiça.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Como de costume e não obstante daquilo que começamos a ser acusados sabem que eu tenho tido sempre o bom hábito de perguntar se estão cabalmente esclarecidos. Dentro dessa mesma tradição pergunto se estão todos esclarecidos.

O Deputado Rui Abrantes já disse que quer utilizar a palavra em defesa da honra e por isso dou-lhe a palavra.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Senhores Membros da Assembleia, venho aqui exactamente em defesa da honra e não para esclarecimento porque nós já estamos habituados a perguntar uma, duas e três vezes e não ser esclarecido. Por isso, não vale a pena esclarecermos mais. Nós já fizemos muitas perguntas. Nós, Comissão Política.

Como o Senhor gosta tanto de falar da Comissão Política do PSD, eu vejo-me obrigado a vir cá falar, enquanto Vice-Presidente. Não é meu hábito nem meu tom. Eu estou nesta casa ...”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“O Senhor tenha lá paciência mas o Senhor fala como Deputado.”

Seguidamente, o Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes retomou a palavra e continuou a sua intervenção em defesa da honra:

“Muito obrigado. Mas, deixe-me acabar. Eu ia exactamente dizer isso. Eu falo aqui sempre na qualidade de Deputado mas tenho que lhe responder porque a Comissão Política do PSD já foi visada, aqui, não sei quantas vezes e por isso quem puxa para aqui a política partidária não sou eu. É o Sr. Presidente da Câmara.

Começava por responder ao Francisco Garcia. Dizer-lhe, com clareza e com a frontalidade com que ele me reconhece e que eu também lhe reconheço a ele, que ele tem memória curta.

Eu não faço fretes a ninguém e nunca fiz. Sabes isso perfeitamente!

Não ando aqui à procura de nada, como vocês todos sabem e isso incomoda a muita gente. Bem sei que incomoda muita gente! O que é que ele querará? Porque é que ele anda aí sempre com a bandeira do PSD? Antes, a defender o Mário Alves. Agora, a defender a Dra.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cristina Oliveira. Já estive com o Mário Alves. Agora está com o Duarte. Eu sei que isto faz confusão a muita gente, mas, eu cá ando a trilhar o meu caminho, tranquilo. Sempre na defesa do superior interesse dos Oliveirenses, por isso, não se preocupem!

Já agora, ainda em relação ao 25 de Abril, eu gostava também de pergunta aos Senhores do PS, os arautos da democracia, o que é que eles acharam, já que criticaram tanto a ausência do PSD na sessão solene, o que é que eles acharam da ausência do Dr. Mário Soares na Assembleia da República? Ou mesmo dos Capitães de Abril? Que já há dois anos que não vão às cerimónias. É curioso!

Em relação às várias acusações que o Senhor Presidente da Câmara fez, e eu não sou advogado de defesa do Sr. Presidente da Comissão Política, mas, tenho que o dizer claramente. Não é verdade!

O Senhor acusou-nos de mentirosos, e eu tenho que lhe retribuir, dizendo que não é verdade. Eu não lhe chamo mentiroso, digo-lhe que não é verdade e que o Senhor ouviu mal a gravação. Mas estranho a gravação! Deve ter sido a comunicação social que lha forneceu. Aquele favorecimento e aquela comunicação social mais próxima. Nós também compreendemos!

Ouviu a gravação e o Senhor não estava lá para gravar nem nenhum funcionário da Câmara...

Então recomendo que consulte essas gravações e que verifique que nunca, em situação alguma, o presidente da Comissão Política do PSD acusou este Executivo de seres menores. Nem escrito nem dito! Não! Quem escreve é o jornalista não é o Presidente da Comissão política.

O nível do debate político, e em relação a isso está tudo dito, quando o Senhor nivela o debate acusando, quem o acusou de ser menor, de neo nazi e de defensor da raça ariana. Estamos conversados! Mas eu registo. Na realidade nota-se bem essa perturbação e isso está bem patente.

No que diz respeito à minha mudança isso é normal. O Senhor já fez os mesmos comentários em relação ao Eng.º Rafael.

O Eng.º Rafael tal como o Rui Abrantes quando vêm aqui elogiar o trabalho e dizer que sim Senhor! Está tudo muito bem! São os Senhores Deputados de elevado nível. Quando vêm criticar já é um problema e está tudo mal.

Em relação ao Clube Seita, eu falo na qualidade de Sócio do Clube Seita. O Senhor enunciou aí que a Câmara não se pode substituir ao Clube Seita. Muito bem! Mas, o que o Sr. Eng.º Rafael disse era construir uma pista.

O Clube Seita também não se pode substituir à Câmara. Não tem meios.

O Clube Seita quando precisou da Câmara o Senhor também não deu apoio e era para trazer uma prova do Campeonato do Mundo.

Veio a direção do Clube Seita com um projeto falar com o Senhor e o Senhor também não apoiou por isso não queira fazer política com isso.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais, o Senhor teve conhecimento, com toda a certeza, porque deve estar aí. A seu tempo a Federação Portuguesa de Motociclismo visitou o terreno da lixeira, havia até um projeto pelo que sei, não sei se estou certo ou errado, aí tenho dúvidas mas tenho quase a certeza que havia um projeto, ou um estudo prévio, pelo menos, para a criação de uma pista naquele da Junta de Freguesia da Lageosa.

De notar que, na realidade o nervosismo começa a imperar e mais uma vez deixamos um apelo para a elevação do debate político. Por cima não por baixo!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso já ter fornecido informação bastante de que ninguém se pode pronunciar dentro desta Assembleia sem ser na qualidade de Deputado.

Não fui eu que fiz a lei.

Depois ainda se diz por aí que isto é uma bandalheira e eu não queria, de facto, usar todos os poderes de que estou investido para que isto deixe de o ser.

Portanto, façam o favor e principalmente as pessoas que têm responsabilidade e vêm para aqui e dentro da elevação que acabou de ser pedida vamos ver se a gente se começa a entender e se, de facto, fazemos as coisas com alguma elevação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Rui Abrantes, eu quero dizer-lhe o seguinte: Pode ter a certeza que sou um homem tranquilo. Quem não é tranquilo são algumas pessoas!

Estão aqui muitas pessoas e muitos Presidentes de Junta que sabem da minha tranquilidade, mas, não os quero arrastar para este debate porque não tem interesse.

Mas quero dizer-lhe que esta palavras que eu disse e vou ler-lhe o que está num texto de um jornal. Está num texto de um jornal “*seres menores e vendilhões sem escrúpulos*”. Isto está escrito.

Mas, eu digo-lhe já também que não sou homem de ter medo. Há aí alguns que até batem palmas mas que sabem isso! Sabem que não tenho medo deles!

Nunca tive nem terei medo de debate.

O Senhor disse que isto não era verdade mas é verdade e está escrito nos jornais. Por isso, quando uma pessoa diz que nós somos “*seres menores*” como é que quer que eu reaja? Há superioridade na outra raça? É isso? Querem ser superiores mas estão distantes do povo!

Isto da raça ariana era há oitenta anos!

Sobre o Clube Seita, é verdade que houve uma reunião por causa de uma prova mas, a proposta em termos de custos não era razoável. Para uma prova daquele tipo eram precisos sessenta mil euros.

Se vier para cá o Rally de Portugal nem metade desse valor se gasta e o Mundial de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rally tem muito mais impacto.

Esta Câmara Municipal apoiou alguns eventos e provas do Clube Seita só que naquele caso o financiamento que nos pediam era bastante grande e achámos que não tínhamos condições. Até porque havia pouco tempo para preparar a prova porque ela era para se realizar noutro lado e foi proposto Oliveira do Hospital como alternativa. Eu tenho memória!

Quanto há possibilidade de construção da pista acho que é uma boa ideia mas é preciso, como o Eng.º Rafael disse e bem, termos um conjunto de atividades para depois lhe darmos funcionamento e não me parece que o Município seja vocacionado a esse fim. Porque estas coisas criam-se mas depois têm custos e é necessário ter a certeza de que vão ser utilizadas.

Nós apoiamos por exemplo o futebol. Apoiamos anualmente os clubes e apoiamos os ranchos. Toda a gente acha que isso é despesa.

Pagamos também os livros do primeiro ciclo e também acham que é uma despesa e que não é um investimento. Mas na educação é um grande investimento.”

Entrou-se, depois, no Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Vou dar uma breve explicação. Está a ser distribuído um mapa que, como tem sido habitual, faz a comparação, e eu volto a referir, à data de envio de correspondência para a Assembleia Municipal e, portanto, neste caso a 31 de março.

Na primeira página tem a evolução da dívida a 31 de março de 2011, 2012 e 2013.

A variação que nos interessa, obviamente, é a de anos transatos para o ano atual. Tivemos uma redução acentuada da dívida a 31 de março comparativamente com 31 de março do ano passado.

Recordo que na altura o Deputado João Esteves questionou aquele aumento de dívida, até face a janeiro, portanto, foi o momento no ano em que, de fato, a dívida aumentou. Temos conseguido baixá-la em todos os seus níveis e julgo que isto é do interesse da Câmara Municipal e dos seus Municípes.

Neste ano é lógico que o único termo comparação que ainda temos é a data de 31 de janeiro. Mas mesmos em relação a 31 de janeiro baixámos a dívida em trezentos e vinte e sete mil euros.

Na segunda folha têm a execução das GOP's também com referência a 31 de março de 2011, 2012 e 2013.

A taxa de execução é de 13,77%. Não é melhor do que o ano passado mas é melhor do que a de 2011. Esta percentagem é aceitável para um primeiro período do ano e temos que referir que a transferência do grande volume do IMI só é feita em maio, o que nos ajuda, obviamente, a consolidar a execução das GOP's e também a Execução Orçamental, que está na última folha, também com referência a 31 de março, e que nos dá as taxas de execução



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais elevadas do triénio, quer na receita, quer na despesa.

De referir que, na análise deste primeiro trimestre também temos que ter em linha de conta, o que é referido no relatório de gestão de 2012, nomeadamente, a execução ou o encontro de contas com a EDP, que aumenta logo essa execução em cento e cinquenta mil euros sem haver dispêndio de dinheiro porque é apenas um encontro de contas entre a verba que recebemos da iluminação pública e aquilo que lhes pagamos da própria iluminação pública.

Se houver alguma dúvida em relação a esta matéria, estou à vossa disposição.

No âmbito da autorização genérica que a Assembleia Municipal aprovou para os contratos plurianuais, houve uma lacuna que eu assumo. A responsabilidade de informar a Assembleia sobre os contratos plurianuais seria minha. Portanto, o único contrato que vai ter repercussão no próximo ano é o contrato de arrendamento daquele espaço provisório de acolhimento dos passageiros da paragem dos autocarros. É um contrato plurianual de trezentos euros por mês que foi assinado em fevereiro e vai ter repercussão até ao início do próximo ano. É lógico que a Câmara Municipal irá formalizar o contrato e na próxima Assembleia Municipal de junho será dado conhecimento, juntamente com outros contratos ou despesas que tenham encargos plurianuais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Na página número três acho que há aqui um engano. Não é o CD do Grupo de Cantares Os Amigos de Lagares da Beira mas acho que é Lagos da Beira. Deve ser feita esta correção. Aqui, no que diz respeito à informação da atividade do município onde diz que a Câmara se fez representar em várias cerimónias e no lançamento do Grupo de Cantares Os Amigos de Lagares da Beira não é Lagares é Lagos.

Depois perguntar-lhe: No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos pelo Setor da Construção Civil. Aparece aqui um ponto que é: Execução de maciços de suporte dos balneários e montagem de caixas de condutas de águas pluviais no campo de futebol da Associação Desportiva de Lagares da Beira. Ou seja, subentende-se, aqui, que não era uma obra que faria parte daquela empreitada. É uma obra à parte da empreitada de colocação do piso sintético, presumo. Gostava de lhe perguntar, concretamente, se depois de todas as obras executadas se conseguimos ter um valor final do investimento que foi realizado naquele complexo desportivo?

Em relação à dívida de fornecedores ou prestadores de serviços, a 31 de março, está aqui uma parcela, já não vou falar das Águas do Zêzere e Côa porque já teve o cuidado de o abordar ligeiramente mas vai concretizar com certeza, há aqui uma rubrica que é o Pensar Território, Lda., que eu não tenho noção do que é que será? Se me pudesse esclarecer agradecia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez fica aqui demonstrado claramente que esta Câmara Municipal tem uma gestão altamente rigorosa. Percebe-se isso pelas contas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais uma vez se percebe que é uma falácia quando acusam este executivo de despesismo.

Como é que há despesismo deste executivo se não contraiu até hoje nenhum empréstimo e está a fazer a amortização dos empréstimos do passado. Isto está aqui espelhado. Os números não mentem e dizem que esta Câmara Municipal tem uma gestão rigorosa tal como no mandato anterior do Prof. Mário Alves.

Dizem que algumas obras são eleitoralistas, mas, eu pergunto: A Central de Camionagem e a Requalificação do Mercado era ou não uma obra necessária a Oliveira do Hospital?

Logicamente que era necessária. Pena é que não tenha participação financeira. A Av. Dr. Carlos Campos é uma obra fundamental. A Av. Dr. Virgílio Ferreira é também uma obra fundamental. Estas obras são fundamentais e pecam por tardias.

Estarei muito concentrado no meu próximo mandato e vou-lhe dizer onde é que esta Câmara Municipal fará um forte investimento: Requalificarei toda esta zona histórica de Oliveira do Hospital e dar-lhe-ei uma perspetiva completamente nova. Mas, isto não é para falarmos agora.

Sabe quanto é que ficávamos a dever neste momento a fornecedores se as contas das Águas do Zêzere estivessem pagas?

Neste momento deveríamos quarenta e três mil e quinhentos euros. E isto não é boa gestão?

Herdámos esta gestão do Prof. Mário Alves e temos continuado a apresentar estes números.

Dizer também que o Pensar Território está relacionado com o Projeto Educativo Local e também informar que neste momento não possuo informação para dar sobre os custos relacionados com o complexo desportivo de Lagares da Beira.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que esta história do próximo mandato foi um trocadilho do Sr. Presidente. Temos aqui o Eng.º José Vasco que é candidato e poderá pedir a palavra em defesa da honra e por isso é preciso ter um pouco de contenção.”

Entrou-se, depois, no Ponto II - Aprovação da adenda à ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2012, no sentido de corrigir a deliberação do Ponto X, para que, onde consta “Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo”, passe a constar “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro”.

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto II - Aprovação da adenda à ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2012, no sentido de corrigir a deliberação do Ponto X, para que, onde consta “Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo”, passe a constar “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro”, que foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entrou-se, depois, no Ponto III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da Empreitada de “Beneficiação do Pavimento na EM 517 – Troço Lourosa / limite do Concelho em direção ao Barril do Alva”, procedimento necessário à abertura do respetivo concurso público.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Solicita-se a autorização da Assembleia para a repartição de encargos porque o montante ultrapassa o limite dos cem mil euros. É uma empreitada que a Câmara pretender lançar e necessariamente para abrir procedimento necessitamos da autorização para a repartição de encargos por parte da Assembleia Municipal porque o prazo de execução da empreitada supera aquilo que será o limite do ano civil.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da Empreitada de “Beneficiação do Pavimento na EM 517 – Troço Lourosa / limite do Concelho em direção ao Barril do Alva”, procedimento necessário à abertura do respetivo concurso público, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este regulamento, como o próprio nome indica, visa atualizar aquilo que era o enquadramento jurídico sobre os Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital.

Aquilo que a equipa de coordenei teve de fazer foi pegar na legislação nacional e tendo em conta essa legislação nacional que foi publicada no âmbito da iniciativa Licenciamento Zero, que o Governo pretende levar a efeito a partir do próximo dia 2 de maio, no sentido de facilitar a vida, nomeadamente, às empresas. O que fizemos foi transpor a legislação e adaptá-la àquilo que é a nossa realidade.

O documento esteve em apreciação pública durante os prazos legais. Não teve qualquer tipo de sugestão para alteração.

Foi verificado também pelos Juristas e entendemos que esta será a versão que o Governo pretende nesta matéria.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ler com bastante atenção esta proposta de regulamento e tenho aqui uma proposta de alteração.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós sabemos que as esplanadas em Oliveira do Hospital estão abertas até ao horário de encerramento dos estabelecimentos, ou seja, às duas horas da manhã.

Só que, há determinadas esplanadas que estão numa zona muito urbana, ou seja, colocadas entre prédios.

O funcionamento dessas esplanadas até às duas horas da manhã por vezes causa bastante prejuízo para as pessoas que querem descansar e que por vezes não o conseguem fazer.

Por isso, eu proponha que no artigo 7º, onde diz, precisamente, “a restrição do horário de funcionamento”, eu proponha que se alterasse e que se limitasse até às vinte e quatro horas o funcionamento das esplanadas inseridas na malha urbana para protecção da qualidade de vida dos cidadãos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Andei oito anos a defender que os bares desta cidade, sendo esta uma cidade com vida académica, pudessem estar, pelo menos, entre quinta-feira e sábado ou sexta-feira e sábado, abertos até às quatro da manhã.

Verifico aqui que os bares continuam a estar abertos até às duas da manhã, mas, cabarés, boates, dancings, podem estar abertos até às oito da manhã.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Uma vista na generalidade destes horários dá nota que, uma vez mais, estamos a ser condicionados. As pessoas e sobretudo os trabalhadores. É a completa desregulação dos horários de trabalho. Há aqui horários das seis da tarde às oito da manhã!

Independentemente de quem pode e gosta de andar, e eu já gostei muito, podem crer, entre as seis da tarde e as oito da manhã, e passei uns bons anos da minha vida nesse desporto e gostava bastante e agora tenho pena de mim porque já não gosto.

De facto, isto mostra a desregulação completa dos horários de trabalho e a forma como os trabalhadores estão a ser sujeitos aos caprichos do sistema.

Acho que é exagerado e, apenas, reagindo ao que disse o Francisco Garcia. É exagerado haver esplanadas abertas até às quatro da manhã.

Eu volto a dizer que já gostei muito, mas, é de facto, exagerado.

E também esta dos bares, discotecas e cabarés! Onde é que há cá cabarés? E o Parque de Campismo ali de Andorinha, o nudismo, até que horas é que pode ficar aberto?

As oito da manhã é exagerado, eu acho que as oito da manhã muitas das vezes é para acabar à pancadaria.

A questão dos Hipermercados, até às vinte e quatro horas. Não tinham nada que estar abertos até às vinte e quatro horas, nem tinham que estar abertos aos domingos. Agora, hoje, quem é que se atreve a fazer uma lei desse tipo? Porque, entretanto, se criou o hábito de ir



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passar para os hipermercados ao domingo. Mas para os trabalhadores e para o comércio em geral isso é simplesmente destrutivo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que o regulamento na globalidade está bem.

Não tenho dúvida quanto aos horários nem quanto à lei nem quanto às responsabilidades da Câmara.

Acho que a Câmara pode restringir os horários de funcionamento e também pode alargar os horários de funcionamento e não vejo mal nenhum.

Acho que uma das maneiras de combater por exemplo os Centros Comerciais e as Grandes Superfícies é o Comércio Tradicional estar aberto mais horas e facilitar o cliente que lá vai.

Há cidades na Europa, e começa a acontecer muito em Lisboa e noutros locais, em que as lojas estão abertas naquelas horas em que todos nós lá podemos ir, quando temos necessidade de lá ir, porque, e falo no meu caso e no da maioria das pessoas que trabalhamos todos os dias e só a determinadas horas é que podemos ir a esses espaços que normalmente são espaços dos Centros Comerciais. Então, se a loja tradicional está aberta podemos ir à loja tradicional. Esta mentalidade também tem que ser alterada.

Naturalmente, concordo com a questão dos trabalhadores e esta questão dos sindicatos. Mas, pergunto, relativamente ao alargamento e à restrição, de que modo é que isto vai ser comunicado?

De que modo é que vão ser ouvidos os intervenientes?

De que modo é que isto na prática se articula?”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Da minha parte já percebi que não há sindicalistas como antigamente porque o horário de funcionamento e o horário de trabalho dos trabalhadores, não sei qual é a causa e o efeito?”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Enquanto Presidente da Junta de Freguesia da cidade e principalmente desta malha urbana e, logicamente, onde há mais espaços comerciais abertos e porque também ouvimos o lado do empresário e conforme aqui alguém, e penso que foi o Francisco, há pouco dizia, enquanto os empresários nos pedem horários mais prolongados outras pessoas pedem que os mesmos sejam retardados.

Isto funciona mediante a necessidade de cada um.

Se existir um bar perto de minha casa, interessa-me que a esplanada ou o bar feche a determinada hora.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assuntos como este já aqui foram trazidos.

Penso que há aqui uma problemática que deveria ser tratada antes desses bares ou desses estabelecimentos abrirem porque parte-se logo do pressuposto que as licenças quando são passadas, ou há uma má fiscalização ou a lei não é interpretada devidamente.

Penso que se deveria levar em conta, e não sei como porque sinceramente não tenho competência para tal, antes do estabelecimento iniciar a sua atividade deveria haver uma antecipada e rigorosa fiscalização tendo em conta que naquele espaço poderão vir a existir determinados ruídos.

Quanto às esplanadas isto é mais uma questão sazonal. As esplanadas não funcionam todo o ano.

Tendo em conta a situação de crise que atravessa o País, penso que não será de bom-tom neste momento, e eu não ponho em causa o descanso das pessoas, mas, também quando posso, gosto de estar até mais tarde e logicamente que me preocupo com o descanso das pessoas.

Eu vou dar aqui um exemplo do que se passa aqui em Oliveira do Hospital. Quando se fazem as construções passam-se licenças de habitabilidade quando só estão realizadas 80% das estruturas do projeto. Ou é um parque infantil que fica por construir ou um parque de estacionamento que fica por construir e depois, mais grave, é que mais tarde aquele projeto na prática ainda está por finalizar.

Hoje estamos aqui a falar de bares e penso que a fiscalização se faz mal. Penso que não devemos ser bons, devemos é ser retos e fazer cumprir a lei.

No dia em que se montar um bar, em Oliveira do Hospital, a sério, garanto que estes problemas dos ruídos vão acabar.

É importante que as autoridades também participem nesta ação. Inicialmente de uma forma pedagógica e cívica mas, não é só passarem de carro.

Eu já disse isto e foi muito criticado mas, antigamente havia dinheiro e as autoridades andavam a pé, hoje dizem que não há dinheiro e vejo-os a andar de carro!

Penso que as várias entidades responsáveis deveriam criar um programa pedagógico e de sensibilização para estas questões do ruído.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu percebo perfeitamente a preocupação do Deputado João Esteves, até porque é uma prática que se tem vindo a constatar aqui em Oliveira do Hospital. É verdade também que este Executivo e os seus Vereadores ainda há pouco tempo limitaram a autorização de uma esplanada até às duas horas porque havia um conjunto de queixas dos moradores.

Ultimamente as coisas melhoraram ligeiramente mas efetivamente ainda temos queixas relativamente a dois bares.

Já fizemos medições de som e já avisamos os proprietários porque os moradores têm



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito ao seu sossego durante a noite para poderem trabalhar ao outro dia.

Mas há aí casos de desrespeito total dos horários. Há aqui uma série de ilegalidades nos bares que não são licenciados por exemplo para terem o Karaoke mas, todos realizam essas atividades sem licenciamento incomodando as pessoas.

Eu não quero uma cidade morta em Oliveira do Hospital, quero uma cidade com vida e quero que estes bares tenham vida mas que não se ponham em causa os direitos das pessoas.

Os moradores até têm sido compreensivos e até me dizem que à sexta-feira e ao sábado até nem os incomoda tanto porque ao outro dia não têm que se levantar cedo para trabalhar.

Nós aqui na Câmara temos tido algum cuidado com as licenças das esplanadas mas, no Concelho de Seia dão determinadas licenças e depois os nossos jovens deslocam-se para onde as esplanadas estão licenciadas até às duas horas.

A Câmara em conjunto com a GNR tem feito um trabalho de prevenção e tem havia uma melhoria.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“O Sr. Deputado João Esteves falou na questão da esplanada.

Normalmente e como sabem a esplanada é licenciada à posteriori. Primeiro vem o licenciamento do bar ou do café e depois vem o licenciamento da esplanada. A Câmara, obviamente, pode restringir o horário de funcionamento da esplanada.

Não me parece que seja lógico que situações diferentes sejam tratadas de forma igual ou seja, nós não podemos tratar a esplanada que a Toca da Raposa tem, salvo seja, com a esplanada do Búfalos. Porque não é igual. São coisas completamente diferentes. A esplanada da Toca da Raposa, julgo eu, se tiver, não sei se tem, não incomoda ninguém. A esplanada do Búfalos pode, a partir de determinadas horas e em determinadas circunstâncias incomodar. As coisas têm que ser tratadas dessa forma e a Câmara, julgo eu, tem sabido agir com ponderação.

Depois, também há aqui uma questão neste momento, que é andar a encerrar atividades num momento de crise, com muitos ou poucos empregados, mas não me parece muito salutar.

Mas, a Câmara é livre de poder restringir ou alargar o horário e isto já vai de encontro àquilo que o Dr. Francisco Garcia colocou em relação aos horários dos bares. A Câmara deixou essa salvaguarda de poder alargar, em determinados períodos ou durante todo o ano, num determinado período da semana, o horário dos bares ou de qualquer outro estabelecimento.

Em resposta ao Prof. João Dinis, dizer-lhe que, como é lógico, a matéria de direito do trabalho não compete à Câmara Municipal, mas, o nº 5 do artigo 3º, refere que nada disso pode ser posto em causa pelos horários que aqui estão como é lógico não somos nós que nos sobrepomos em termos de legislação do trabalho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A mesma resposta para o Eng.º Carlos Inácio em relação à questão de como fazer para solicitar o alargamento do horário. O artigo 8º explicita como é que é feito. Tudo isto será tratado, em princípio, a partir de um balcão denominado Balcão do Empreendedor.

Dizer também que de um modo genérico subscrevo a intervenção feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Se eu bem entendi vamos manter a lei e a Câmara Municipal deve analisar caso a caso. Dar o licenciamento, caso a caso, como o Dr. Paulo disse, e muito bem, e penso que é isso que se faz em qualquer lado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria informar que em reunião de Câmara este regulamento foi aprovado por unanimidade e até decidimos o seguinte: Nas esplanadas e na utilização do espaço público, nós deliberámos, porque a utilização do espaço público é muito dispendiosa, isentá-los do pagamento da ocupação do espaço público a todos. Este ano ninguém pagará a ocupação do espaço público.

Este espaço era pago por metro quadrado e há pessoas que pagam quatro metros quadrados e depois ocupam vinte. Assim, acaba por ser justo para todos porque isentámos o pagamento da ocupação do espaço público.

Esta medida tem a finalidade de promover o negócio e fazer com que a cidade de Oliveira do Hospital fique mais atrativa e com mais esplanadas nas suas ruas porque isso também acontece muito nas cidades.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Daquilo que eu propus e depois de ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Paulo Rocha eu acho que está subjacente a este regulamento uma forma criteriosa de licenciar as esplanadas. Vejo que há essa intenção de efetuar o licenciamento com base no bom senso.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Queria também dizer que várias vezes é pedido às Juntas de Freguesia que emitam pareceres sobre a colocação de esplanadas em determinados locais. A Junta de Oliveira já chumbou alguns porque se os passeios ou espaços pedonais foram criados para as pessoas circularem não deveria ser viável determinadas áreas de esplanadas quando vão ocupar os passeios e dessa forma obrigam as pessoas a circular nas estradas pondo em causa a sua segurança.

Nos termos do regulamento o parecer das Juntas é não vinculativo e por isso é que eu sou contra este artigo.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida foi colocada à votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital”, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Parecendo que este possa ser um ponto de somenos importância mas também merece a devida atenção.

Eu votei contra por uma questão de princípio.

O Grupo Parlamentar do PS andou durante quatro anos, não sei se antes também o fez, mas durante os quatro anos que eu aqui estive, a batalhar contra um executivo onde Paulo Rocha estava presente para que os bares pudessem estar abertos até às quatro horas da manhã, pelo menos em alguns dias da semana.

Também votei contra porque a caridadezinha também está neste regulamento. Tem que vir o empresário à Câmara pedir por favor para que lhe permita ter o bar aberto até às quatro da manhã.

Tem que ser ao contrário. O empresário tem que ter essa possibilidade. Depois se não cumpre com a legislação em vigor para o ruído cancela-se a possibilidade de estar aberto.

O primeiro motivo é porque o Grupo Parlamentar do PS batalhou durante quatro anos para que de quinta-feira a sábado ou de sexta-feira a sábado houvesse essa possibilidade. Basta ler as atas.

O segundo motivo é a caridade.

Ser Socialista não se compadece com ser caridoso.”

Entrou-se, depois, no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este é mais um regulamento que teve que ser alterado por força da iniciativa Licenciamento Zero.

Estabelece como o próprio nome diz as regras de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda na área do Município de Oliveira do Hospital.

As pessoas que tiveram oportunidade de o ler vão achá-lo claramente abrangente.

Há muitas circunstâncias que não possuímos ainda no nosso Município mas que, como



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é lógico, decorrem da lei e portanto também entendemos que não devíamos cercear a possibilidade de poderem vir a existir e dou um exemplo daquelas esplanadas cobertas que são habituais na orla costeira, nas praias, como ali na Figueira, há um conjunto de esplanadas que têm estruturas fechadas.

Nós, que eu tenha conhecimento, tirando aquele espaço do café Portugal que pode eventualmente ser parecido com isso, não temos e há também um outro conjunto que não temos.

É um regulamento muito denso. Não é de fácil leitura nem de fácil perceção e não estou com isto a menorizar nenhum dos Senhores Deputados. Falo por mim porque a primeira vez que li a legislação fiquei com bastantes dúvidas em relação a esta matéria.

O princípio é basicamente este: As pessoas podem fazer o que aqui está definido basta entregarem meras comunicações prévias. Tudo aquilo que vá para além do que aqui está definido as pessoas têm que requerer autorização.

Isto vai obrigar, claramente, a Câmara Municipal a reforçar a fiscalização porque vamos ter situações em que, eventualmente, as pessoas vão tentar prevaricar em relação àquilo que está definido.

Também nesse sentido esperamos que em junho possa ser presente na Assembleia Municipal, um Regulamento para a Fiscalização Municipal.

Em relação a esta matéria dizer também que é uma incorporação daquilo que é o espírito da lei e o que a própria lei determina.

A metodologia foi a mesma que utilizámos no regulamento que anteriormente aprovaram.

Também este regulamento esteve em discussão pública. Durante esse período de discussão pública não foram tecidos comentários nem apresentadas sugestões.

O Regulamento foi aprovado pela Câmara e está sujeito à vossa aprovação.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Esta lei é muito abrangente e aberta e logicamente que interpreto que deve haver um princípio de sensatez.

Espero bem que esta disponibilidade do Executivo em termos de não pagamento de esplanadas e afins que não permita o abuso quer na ocupação do espaço que possa por em causa a passagem pedonal quer nos efeitos estéticos.

Queria sugerir que sempre que for solicitado, quer seja para publicidade ou para outros fins, deveriam exigir um croqui de fácil interpretação porque muitas vezes chegam à Junta de Freguesia desenhos que são riscos de difícil leitura o que dificulta a análise do pedido para que se elabore o respetivo parecer.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Em relação ao que o Sr. presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital disse agora quero dizer o artigo 18º do Regulamento, no nº1, alínea e), diz precisamente isso. *“Planta de localização na escala um por dez mil, com indicação do local objeto da pretensão”* e portanto isso já está no regulamento.

Estive a ler o regulamento com bastante atenção e este regulamento é bastante maçudo mas é necessário porque é preciso abarcar muitas situações que poderão vir a existir.

Este Regulamento está muito bem feito mas, quanto a mim, não sei se será por defeito profissional, a parte respeitante às contraordenações não está correta.

No artigo 93º referente às contraordenações diz que o critério das contraordenações está feito em função das entidades, pessoas singulares e pessoas coletivas.

Normalmente quando se aplicam contraordenações aplica-se sempre pelo valor mínimo, pela coima mínima, mas neste regulamento e há aqui casos interessantes como por exemplo aqui na alínea a), do nº 1, que diz que a coima vai de quinhentos euros a três mil e quinhentos euros para a pessoa singular e a pessoal coletiva vai de mil e quinhentos euros a dois mil e quinhentos euros e por isso há aqui uma diferença entre a entidade singular e a entidade coletiva em que o valor da coima mínima é o triplo.

Mas se formos para a linha f), que é respeitante à ocupação do espaço público, em que a coima mínima vai de trezentos e cinquenta euros até quatro mil e quinhentos euros para a pessoa singular e para o caso de se tratar de uma pessoa coletiva vai de trezentos e cinquenta euros para vinte e cinco mil euros, ou seja, a coima mínima tanto é igual para a pessoa singular como para a pessoa coletiva.

Já disse aqui que talvez por defeito profissional e eu como lidei muitos anos com o RGIT - Regime Geral das Infrações Tributárias, que no artigo 12º e 16º fixa as coimas e diz que quando a infração é cometida por uma pessoa coletiva a coima é elevada ao dobro, ou seja, já há uma diferenciação entre os mínimos e os máximos quer para uma pessoa coletiva quer para uma pessoa singular.

Era sobre este assunto que eu me queria pronunciar.

Penso que este regulamento também vem beber alguma coisa ao RGIT, ao Código de Procedimento Administrativo e ao Regime Geral das Contraordenações.

Também no Regime Geral das Contraordenações a fixação da coima para a entidade coletiva é sempre o dobro da que é aplicada na entidade individual.

Era este assunto que eu queria deixar para reflexão.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Só tenho duas ou três dúvidas que queria que me esclarecessem.

Este Regulamento de Ocupação do Espaço Público depois é sujeito a taxas de utilização do espaço público?

A dúvida que tenho, consultando os diversos articulados e partindo do princípio que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto está tudo bem. Qual é a largura mínima que um passeio deve ter para circulação de peões?

Porque é referido aqui num determinado artigo que no caso de uma esplanada tem que ter uma largura igual ou superior a 1,5m, artigo 41º, e depois no artigo 53º, diz que quando se trata de instalação de suporte publicitário o espaço deve ser de 0,90 m.

Eu fico com dúvidas sobre isto, mas certamente que deverá estar em conformidade com a lei.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu percebo a intervenção do Sr. Deputado João Esteves, mas o RGIT não é regra porque o Regime Geral das Contraordenações tem exatamente este esquema que está aqui no regulamento.

Eu estive três ou quatro anos, com sabem, a aplicar as coimas da ASAE e havia coimas de um euro para coisa gravíssimas e havia coimas de vinte e cinco mil euros para coisa menos graves e portanto o critério do RGIT não serve para aqui.

Neste caso concreto o legislador entendeu, e eu penso que isto é uma transcrição da lei, especificar infração por infração e aplicar a respetiva coima em função da natureza da infração. São situações diferentes no caso dos impostos e no caso de outras infrações desta natureza.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu há pouco falei vai causar aqui um grande transtorno porque se, se fizer aqui uma proposta e se for votada e for aceite vai causar transtorno porque temos que alterar no regulamento outro artigo.

Eu aceito estes valores para as contraordenações conforme estão definidas no regulamento.

O Dr. Gonçalves não me entendeu bem. As contraordenações e a fixação dos valores conforme estão, estão bem. Eu só não concordo é com a diferenciação entre a pessoa singular e a pessoa coletiva.

Eu defendo é que a contraordenação quando for praticada por uma pessoa coletiva a coima deverá ser o dobro da que é aplicada à pessoa singular.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Em relação às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, dizer-lhe que tem toda a razão e que a questão da auscultação que era feita era por uma questão de cortesia, julgo que não era obrigatório em termos legais mas entendo que nada impedia nem nada deve impedir que venha a ser feita.

A sua sugestão é aceite por mim e é aceite pela Câmara e no artigo 18º estão os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

critérios, como alguém também já referiu, que devem presidir ao pedido. Depois temos, em conjunto com os serviços, de garantir que os pedidos quando dão entrada sejam acompanhados de todos os elementos e aí a responsabilidade já é nossa e não do requerente.

Em relação ao Eng.º Carlos Inácio e às questões que colocou relativamente à largura liberta para peões ser diferente conforme refere o artigo 41º e o artigo 53º. É diferente para uma esplanada porque é uma estrutura mais fixa e portanto temos que deixar um metro e meio livres para os peões, num elemento publicitário, numa bandeirola por exemplo, pode ser contornado e por isso é que tem a distância mínima de noventa centímetros. Julgo que é mais relevante a questão da esplanada e um metro e meio acho que garante a passagem do peão sem qualquer tipo de problema.

Em relação à questão das sanções e das coimas: Nós produzimos estes regulamentos até porque as pessoas que estão atentas a esta matéria têm visto nos últimos dias em Diário da República publicações em massa de regulamentos desta natureza. Isto esteve suspenso, a Iniciativa Licenciamento zero era para ter entrado em vigor há um ano, depois o Governo suspendeu porque não tinha adquirido a plataforma eletrónica que aqui é referida e havia municípios piloto escolhidos pelo Governo para desenvolver esta iniciativa, designadamente Santarém que já tem legislação produzida.

O que aqui está em matéria de coimas e contraordenações decorre, por um lado, da lei, e, por outro lado, daquilo que um conjunto de municípios tem plasmado nos seus regulamentos. Em termos de valores são iguais. Poderá haver uma pequena divergência num determinado valor que às vezes até pode decorrer de uma gralha de impressão em Diário da República.

Contudo, não tenho conhecimento jurídico para poder dizer que se a Assembleia decidir outros valores se estamos a respeitar a lei? Julgo que sim, se respeitarmos os mínimos.

A sua ideia, pelo que eu percebi, era duplicar o valor da coima em relação às pessoas coletivas. Ou seja, se a coima mínima fosse de cem euros para uma pessoa individual para uma pessoa coletiva seria de duzentos euros.

Eu não tenho neste momento conhecimentos que me permitam dizer-lhe se isso é possível ou não? Parece-me que sim! Porque desde que fiquem previstas as coimas e as contraordenações dentro do espírito da lei julgo que não haverá problemas e a Assembleia, parece-me a mim, também será competente para aprovar.

Há aqui uma questão que se prende com a entrada em vigor e a necessidade de aprovação porque se não protelávamos a aprovação deste regulamento para junho e nessa altura a Assembleia estaria munida de todos os dados. A única coisa que poderemos fazer, se nos depositarem esse voto de confiança, é aferirmos já na segunda-feira, junto da entidade que está a coordenar o processo se, de facto, será legal ou não.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“A Câmara aprovou estes regulamentos por unanimidade mas, de facto, se o Senhor Deputado João Esteves entender poderá fazer a proposta de alteração ao regulamento, em concreto, e a Mesa colocá-la-á à votação.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não faço nenhuma proposta mas deixo que a Câmara procure os devidos esclarecimentos e depois numa próxima Assembleia, se for possível, altera-se os valores das coimas.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Sobre o Exercício de Atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Este é um regulamento que já tínhamos em vigor no Município e que foi alterado. Esta alteração vem simplificar o processo de licenciamento destas atividades.

Como já referi, o princípio no Licenciamento Zero é o ónus das informações produzidas passar para o promotor ou para o agente, isto em sentido lato, e portanto, cumpre ao estado e nesta caso à Administração Local aumentar a fiscalização.

Tudo isto é feito por via eletrónica o que vai obrigar a Câmara a aumentar a fiscalização para que tudo isto possa correr dentro da normalidade.

Mais uma vez, há aqui situações que não se aplicam, por enquanto, no concelho. Por exemplo, não sabemos se iremos ter guardas-noturnos mas temos que as prever e por isso aqui estão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste ponto não queria pedir um esclarecimento mas queria notar que, e faço-o agora neste terceiro ponto dos regulamentos, por discordar um pouco do Dr. Rodrigues Gonçalves.

Ele perguntava e o Dr. Paulo Rocha confirmava, se isto era uma transcrição da lei?

Parece-me que, depois da leitura desta minuta de deliberação de todos os pontos, não é só uma transcrição da lei. Porque diz claramente, “*após análise e recolhidas as sugestões proposta pelo Sr. Vereador Mário Alves o projeto...*”, ou seja, houve alterações, isto não decorre só da lei.

Nós não temos conhecimento das alterações que o Prof. Mário Alves propôs.

Provavelmente ele sabendo que hoje o seu nome ia aparecer aqui associado a alguns pontos, brindou-nos com a sua presença, e muito bem, acho que já cá devia ter vindo mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vezes para ver estes trabalhos que são sempre às vezes uns espetáculos engraçados.

Por isso, grosso modo, nestes três pontos o que eu pergunto é se decorrem da lei ou se houve mais alterações e se há?

Eu sei que é difícil sinalizar em todos os artigos quais é que são?”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“É evidente que se não tivéssemos poder para alterar não vínhamos cá fazer nada. Isto parece-me claro. Nós podemos analisar as propostas como esta última do João Esteves para ver se tem razão de ser.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que o Prof. Mário Alves fez sugestões e foi a pessoa mais interventiva nesta matéria, também por força da sua experiência anterior, mas, obviamente também os outros Vereadores fizeram as suas sugestões e os Senhores Deputados também são livres de as fazer.

Agora, há matérias em que nós não podemos mexer porque decorrem da lei. O regulamento não pode nem ir contra nem sobrepor-se àquilo que está na lei.

Aquilo que se fez foi incorporar no regulamento aquilo que, de facto, tem que estar.

O Prof. Mário Alves fez algumas sugestões e recorde-me de uma, que há pouco alguém referiu, que foi a questão do horário de funcionamento das discotecas.

Inicialmente o horário de funcionamento para as discotecas era até às seis da manhã mas na opinião dele poderia ser até às oito porque pelo menos poderíamos ter a certeza que já é de dia quando as pessoas vêm para casa. Isto foi dito a título de brincadeira mas a Câmara analisou e, de facto, entendeu que era preferível às oito da manhã.

E como vêm o regulamento é aberto a sugestões mas há matérias em que não podemos mexer.”

Colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Sobre o Exercício de Atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VII - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2012.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste momento o PDM de Oliveira do Hospital encontra-se em fase de apreciação pública. Se repararam quando entraram do vosso lado direito está exposto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Queria pedir aos Senhores Presidentes de Junta que no final desta reunião, levassem as pastas para as vossas Juntas de Freguesia para que as populações possam consultar.

Quero anunciar aqui que depois de muitos anos poderemos estar na reta final do PDM.

Tenho dito e tenho repetido várias vezes que este problema do PDM não foi da responsabilidade do Executivo anterior.

Nas várias reuniões a que tenho assistido sobre esta matéria vários Presidentes de Câmara se deparam com o mesmo problema nos seus PDM's derivado à constante alteração normativa e legislativa.

Se a discussão pública correr bem penso que poderá estar concluído até 30 de setembro o que será bom para o Concelho porque resolveremos alguns problemas. Nomeadamente um problema que ainda vem do tempo do Executivo do Eng.º Carlos Portugal que é o problema relacionado com a empresa A.M.Pereira.

O Ministério Público veio agora considerar nulos os atos de licenciamento e o Município de Oliveira do Hospital recorreu dizendo que com o novo PDM tudo estará legalizado e que neste momento há vários postos de trabalho que estão em causa.

O Ministério Público numa decisão que para mim é difícil de compreender enviou ao Município de Oliveira do Hospital uma notificação onde dão um prazo ao Município para mandar demolir as instalações. Dei conhecimento desta notificação na última reunião de Câmara aos Senhores Vereadores.

Reafirmo aqui que não cumprirei com aquela sentença. Nós vamos recorrer e não cumprirei porque se o PDM estiver aprovado e em vigor ainda se pode resolver este problema.

Este problema do PDM já atravessou vários Executivos e esta demora deve-se principalmente à constante alteração legislativa que existiu longo dos anos.

Neste momento é possível ter o PDM aprovado em setembro e resolver este problema a este empresário.

Estas contas são as contas adaptadas à realidade política e económica do ano de 2012. Refletem já a falta de financiamento ao nível do CREN, pois como todos sabem o Governo fechou as candidaturas.

Nestas contas aplicou-se um conceito que é amplamente conhecido e traduz-se em poucas palavras. Fazer mais e melhor com menos recursos.

Não houve aumentos nas diferentes taxas por clara opção política, ao nível da água, do saneamento e da recolha de resíduos sólidos. Nesta área, nem mesmo a taxa de inflação.

Se o volume de receitas baixa, independentemente da causa e da proveniência das mesmas, racionalmente o volume das despesas tem que diminuir forçosamente e por conseguinte diminui-se a capacidade de ação/intervenção.

Nestas contas de 2012 há um aumento substancial no Apoio Social, na continuidade do investimento na Área da Educação e ainda uma continuidade no Investimento do Capital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As contas refletem ainda uma redução de receitas de dois milhões cento e sete mil euros, em termos redondos, se as compararmos em relação a 2011.

Da despesa total houve também uma redução para 2012 de dois milhões cento e trinta e três mil euros, o que significa que a autarquia conseguiu acompanhar, superando até, a quebra das receitas verificadas.

Outra nota de salientar é que as receitas correntes foram de dez milhões trezentos e trinta e oito mil euros e as despesas correntes foram de nove milhões quinhentos e trinta e quatro mil cento e trinta e sete euros, tendo transitado desta referida receita corrente um milhão quatrocentos e setenta e um mil oitocentos e sete euros para despesas de capital. Isto é um sinal extremamente positivo em relação às contas.

Bastaria observar o quadro das receitas de capital que foi de três milhões setecentos e noventa e dois mil duzentos e setenta e sete euros e as despesas de capital que foram de cinco milhões duzentos e sessenta e quatro mil e oitenta e cinco euros.

Isto demonstra claramente que há uma boa gestão financeira neste Executivo.

Outro aspeto a realçar e que tem vindo a melhorar muito é a descentralização das verbas para as freguesias que é feita com muito rigor e com o acompanhamento dos serviços técnicos.

Por outro lado a dívida diminuiu trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e dois euros porque há uma redução global de duzentos e trinta e quatro mil cento e setenta e oito euros mas, por sua vez há uma receita que deveria ser imputada às contas de 2012 que era uma verba de cento e cinquenta mil quinhentos e oitenta e três euros, relativa à concessão de receita do quarto trimestre da EDP.

Como nota final diria que demonstrámos aqui uma rigorosa gestão e que o Município de Oliveira do Hospital continua a cumprir o prazo de pagamento aos seus fornecedores.

Alguns gostariam que não fosse assim para o pretexto de fazerem politica baixa. Mas, para aqueles que sabem que a verdade é só uma.

O Município de Oliveira do Hospital era um exemplo transparente de boa gestão no Executivo anterior e hoje continua a ter uma transparente e boa gestão.

Lamento apenas, que algumas obras que decorrem hoje não tenham tido oportunidade de terem financiamento do Quadro Comunitário. E diria a requalificação do Mercado e da Central de Camionagem, a Av. Dr. Carlos Campos, Av. Dr. Vergílio Ferreira e a estrada Lourosa - limite do Concelho que está neste momento em fase de lançamento.

Aqui nestas receitas do ano de 2012 ainda faltam à volta de duzentos e cinquenta mil euros do Centro Escolar de Nogueira do Cravo.

Não posso deixar de ter aqui uma palavra para o Sr. Vereador responsável por esta área, que é o Dr. Paulo Rocha, que tem sido um homem de rigor e de grande exigência nas contas e que tem feito um bom trabalho tal como todos os Vereadores que me acompanham.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação às contas os números falam por si. Contudo, deixo algumas notas que são importantes.

As contas tiveram este retrato porque a Câmara também agiu nesse sentido e as coisas não acontecem só porque nós imaginamos que são bonitas e que desejamos que venham a acontecer.

Em relação ao pessoal e para desmistificar aqui algumas coisas dizer que a Câmara Municipal iniciou a 1 de janeiro de 2012 com duzentos e sessenta e nove trabalhadores onde estavam incluídos trinta e três professores das AEC. Terminou o ano com duzentos e trinta trabalhadores e portanto menos trinta e nove trabalhadores. Os professores das AEC eram trinta e três e saíram para a ADEPTOLIVA.

Menos pessoas em relação àquilo que eram os números no início do ano e isto vai de encontro àquilo que o Sr. Presidente da Câmara dizia há pouco que o Município de Oliveira do Hospital também estava obrigado a reduzir o seu número de trabalhadores.

Em relação às contas é de registar que tivemos uma quebra de receitas bastante significativa de 2011 para 2012, na sua grande essência, por força da redução das transferências do QREN. Também se sabia, e alguém alertou isso na reunião de Câmara, que 2012 não podia ter o nível de execução de receitas do QREN como tinha tido em 2011 porque nós até já tínhamos esgotado grande parte da nossa fatia do QREN.

Mas, há sempre uma expectativa que algumas linhas possam abrir ou que alguns projetos possam encontrar financiamento. De facto, isso não aconteceu, os problemas foram mais do que muitos em 2012 e, portanto, de transferência do QREN apenas e só aquilo que estava em execução como o Centro Educativo de Nogueira do Cravo e uma obra do Seixo.

As receitas caíram muito, mas, conseguimos que as despesas acompanhassem esse ritmo de quebra de receitas, o que é muito importante.

Os níveis de execução quer nas receitas, quer nas despesas, quer nas GOP's são idênticos aos de 2011.

De salientar também que apesar da quebra das receitas conseguimos conter o endividamento.

Também há aqui uma explicação que deve ser dada em relação aos anos anteriores. Há aqui uma mudança desde o ano passado em relação à dívida na banca que reduziu mais do que o valor das amortizações isto porque aquilo que nós devemos à banca e que temos que pagar no próximo ano deve passar para exigível a curto prazo e não estar a médio e longo prazo. E antigamente era classificado nessa ordem contabilística.

A alteração da classificação contabilística originou a alteração mas, o que é de assinalar é que nós conseguimos apesar da quebra acentuadíssima de receitas.

Isto acontece com a maioria dos portugueses.

Nós estávamos habituados a viver com mais e de um momento para o outro temos que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

viver com menos.

É de assinalar a redução da dívida na ordem dos quatrocentos mil euros e também de assinalar que a Câmara oficiou todos os seus fornecedores para que remetessem todas as faturas à Câmara para podermos encerrar as contas. É por isso que, a 31 de dezembro, atingimos o pico em termos de dívida.

As contas que apresentei hoje, com referência a 31 de março mas, no dia 1 de abril pode ter entrado uma fatura de duzentos ou trezentos mil euros que forçosamente vão alterar estes valores.

As pessoas às vezes questionam como é que é possível! Cai a receita cai a dívida! Mas eles fazem milagres?

Não se fazem milagres mas faz-se aquilo que tem que ser feito.

As contas são enviadas para o Tribunal de Contas e se algo não estiver bem o Tribunal de Contas obviamente vai notificar a Câmara Municipal e irá questionar porque é que não está bem.

De referir também o valor do Resultado Líquido do Exercício, que poderá ter causado alguma dúvida. As contas são tão boas e depois apresentam um saldo negativo!

É dito no relatório que não podemos encontrar um paralelo entre aquilo que é classificação orçamental ou seja, o recebimento e o pagamento, e aquilo que é ótica da contabilidade patrimonial. Para já, porque a contabilidade da Câmara não era na ótica patrimonial era na ótica orçamental e também porque há rubricas que não são classificadas da mesma forma e por isso os valores variam.

Quanto ao Resultado Líquido negativo, se a equipa do Executivo em permanência ou o Paulo Rocha em particular quisesse apresentar uma imagem muito bonita, acrescia a proveitos de 2012 todo o IMI que vamos receber este ano, porque ele é referente a 2012, e nós passávamos a ter um saldo positivo de um milhão e meio de euros e toda a gente batia palmas. Mas, estas operações não me agradam, não me trazem, nem a mim, nem a vocês, nenhum tipo de motivação mas, podia ser feito.

Também é importante dizer, e isto também é referido no relatório, nós não temos, mas, esperamos, e contamos com o apoio de algumas pessoas que também estão nesta sala, ter este processo da gestão de stocks concluído até meio de maio, eu julgo que será possível até meio de maio ter isso concluído. Porque, por exemplo, nós levámos a custos todas as mercadorias que foram compradas no ano de 2012. Ou seja, se repararam não há inventário final de existências nem de mercadorias. E então, o que estava no estaleiro não vale dinheiro? E bastava isso para passar o Resultado Líquido a positivo.

A última nota que eu deixo, e o Sr. Presidente da Câmara também já falou sobre isso, é que a situação é positiva.

Temos que nos orgulhar todos por aquilo que temos. Vem do passado e está a ser mantido no presente e todos esperamos que assim aconteça no futuro mas há aqui uma nota de preocupação e que a Assembleia Municipal, esta ou outra que lhe suceda, e eu já fiz este alerta na Câmara e por isso estou à vontade, nós temos um desfazamento muito grande entre o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tarifário da água, saneamento e resíduos e aquilo que estamos a pagar. Eu sei que não é o momento, e o Sr. Presidente da Câmara assumiu que este ano não o faria porque as pessoas já estão muito sofridas com outros aumentos para proceder a essa atualização, mas, a Câmara Municipal gradualmente e faseadamente, e isto é uma opinião pessoal, terá que iniciar esse ajustamento porque, de facto, existe um deficit muito elevado que a médio prazo vai causar estrangulamentos financeiros à autarquia.

Em relação às faturas das Águas do Zêzere e Côa, dizer que estamos a pagar no limite do prazo, por opção, as faturas do ano de 2012.

Em relação às faturas deste ano o Sr. Presidente tornou pública a sua vontade de as devolver mas, ainda está em processo de negociação e análise.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Não venho falar sobre as contas mas, já que o Sr. Presidente falou sobre o PDM que está em discussão pública quero fazer uma proposta ou um pedido: Não é possível uma equipa técnica fazer pelo menos uma sessão de esclarecimento por Freguesia? Acho que seria importante.

Hoje deparamo-nos com erros gravíssimos que estrangularam todo o trabalho a desenvolver nas nossas freguesias e se fizéssemos uma abordagem por quem está mais dentro dos assuntos, se calhar, no futuro não iriam surgir tantos problemas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só queria informar que vejo com agrado esta possibilidade de se discutir o PDM ou de pelo menos se apresentar potencialmente algumas propostas de alteração e não vejo problemas nessa realização porque temos uma equipa no PDM que trabalha muitas horas para que isto tenha chegado até aqui mas, deixei-me dizer o seguinte: Há muitas opções políticas deste PDM que não são opções do Município nem dos Presidentes de Junta.

Este PDM resolverá um conjunto de problemas e trará outros mas, isso foi discutido, como eu já vos expliquei, em oito reuniões com as Comissões Técnicas Especializadas. Há ali muitas opções que não são o sentimento do próprio Município.

Isto poder ser discutido e avaliado e as pessoas podem reclamar mas, quando se fala de reserva ecológica, de reserva agrícola e num outro conjunto de coisas que foram as próprias comissões que balizaram e que não cederam às nossas lutas.

Eu aceito com bom grado a proposta para se fazerem as sessões de esclarecimento nas Freguesias. Espero é que isto não sirva para ajudar a atrasar o processo porque é preciso explicar quais foram as opções do Município e quais são as opções finais.

No processo estão inúmeras organizações envolvidas desde a Direção Geral da Cultura entre outras e há ali algumas regras que vêm de legislação específica que não é possível alterar.

Se alguém pensa que tem um novo PDM e que cada um pode fazer o que quiser o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor é nem pensarem nisso.

Este PDM vai acabar por ser restritivo nomeadamente na área da construção. Eles hoje defendem que as nossas aldeias não se devem alargar por causa dos custos. Isto é, os terrenos para construção não devem ser alargados mas, que se deve investir na recuperação do existente.

As Juntas de Freguesia que pretenderem essa apresentação ela será feita e eu também estarei presente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto às contas do exercício do ano passado não apenas registar a grande diferença entre as GOP e o executado, registar também a diferença, mais objetiva, entre o executado em 2011 e o valor do executado em 2012. São em termo de receitas e despesas em média mais 15%. O que é bastante.

Temos a redução do FEF, a redução do QREN, redução de receitas próprias do Município, transferências de receitas correntes para receitas de capital, normalmente à custa das receitas do pessoal, e, portanto, aumento do desemprego, também através de seis que saem da Câmara Municipal, e a gente sabe que é por imposição de leis centrais.

E o que a gente também sabe é, até que ponto é que a autonomia dos Municípios está a ser completamente garroteada por leis ilegítimas e inconstitucionais e leis contra a fortíssima tradição municipalista do nosso País desde antes da fundação da própria nacionalidade e que agora esta “malta” que se apoderou das poltronas do poder que pensa fazer tábua rasa de tudo isso. É em tudo.

Até ao ínfimo pormenor isto é pensado.

Há quem diga que eles não sabem o que fazem! Mas, eles sabem muito bem o que é que andam a fazer.

E melhor! Eu sei muito bem quem é que os manda fazer! Porque eles são mandados pelos mandantes e eu conheço uns e os outros! E creio que os meus amigos também. Porque já vão tendo experiência para conhecer.

Por exemplo: Temos que reduzi, reduzir.. Eu não estou nada satisfeito com as reduções de investimento no nosso Município! Pelo contrário!

A minha Freguesia sofre com essa redução do investimento.

2012 foi o ano, que eu me lembre, de menor investimento municipal na Freguesia de Vila Franca da Beira. E eu vou ficar satisfeito com isso? Não fico! Antes pelo contrário. Não me regozijo com nada disto! Fico ainda mais revoltado!

Acho que esta passividade em que se aceita tudo como se fosse e estivesse escrito na Bíblia ou no Corão ou fosse lá onde fosse. Mas não está!

Mas andamos a viver acima das possibilidades. Quem?

Eu não! Eu continuo a pagar impostos, sempre paguei impostos e não vivo acima das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minhas possibilidades. Os problemas que tenho tido são porque estou a ser roubado, anos e anos a fio. Roubado! E quem rouba é ladrão!

Eu não estou disponível para continuar a ser roubado. Foi o PECEI, o PECII, o PECIII, o PECIV, o Pacto de Agressão das troikas e deste Migueis de Vasconcelos, destes traidores da pátria. Todos! Uns atrás dos outros!

Mas que culpa é que tenho eu das Parcerias Público-privadas e dos milhares de milhões de euros da negociata de dinheiro que meteram na banca e em meia dúzia de grupos empresariais?

Que culpa tenho eu dos negócios de casino com os fundos da Segurança Social? Centenas de milhões de euros!

Que culpa tenho eu?

Vocês que andaram a dar a cara por esses partidos e arranjaram votos, aqui, por esses partidos e depois pagam todos a fatura! Porque se pagassem só aqueles que arranjaram os votos para esses partidos. Tudo bem. O problema é que todos pagam e eu também pago. E eu não tenho a culpa disto!

Que culpa é que nós temos das vigarices do BPN? E do BPP? E do Banif? E os banqueiros que são os maiores vigaristas que há em Portugal!

E quem é que trabalha para os banqueiros?

Veja-se a linha da frente dos partidos que têm estado no poder na Assembleia da República. E são esses Deputados. De onde é que eles vieram e ao serviço de quem?

Para quem é que eles trabalharam e para quem é que eles continuam a trabalhar?

Os Deputados do PS, os Deputados do PSD, os Deputados do CDS!

Ai, não gosta? Paciência!

Eu é que não estou disponível para continuar a ser roubado!

A minha indignação, vocês podem não querer saber, mas, santa paciência, eu às vezes tenho mesmo que desabafar! Porque senão também dou em doido!

Que culpa é que eu tenho das SWAP?

Porque é que a Câmara também não faz uma SWAP? Agora descobrimos que também há as SWAP! E vão mais três mil milhões do nosso dinheiro para a banca! Vai algum desses “gajos” ser preso?

E continuam a roubar-nos!

Isto não tem que ser assim!

Estas políticas têm que ser banidas do nosso País porque se não o caminho do desastre é fatal. Nós já estamos no caminho do desastre mas vamos acabar ainda pior.

Em 2012 falhou o Projeto de Água e Saneamento em Vila Franca da Beira e eu não estou nada satisfeito com isso nem convencido porque ainda agora ouvi dizer que houve uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

série de projetos que não tendo tido participação central estão a ser executados. E porque é que não foi executado o de Vila Franca?

O meu problema não é o que vai para os outros lados! É aquilo que não vai para Vila Franca!

Eu não sei quem é que vai estar aqui a prestar contas para o ano que vem e portanto eu vou falar de futuro.

Ontem, e falo isto porque foi ontem, estive em Lagares da Beira. Os autarcas e as pessoas de Lagares regozijaram-se por aquela obra que lá foi feita. Eu regozijei-me com eles. Mas eu também quero ter alegrias e regozijos na minha Freguesia que tem tanto direito como qualquer outra.

Nós ainda estamos a tempo, neste ano de 2013, de dar alegrias aos Vilafranquenses porque eles têm direito. Têm tanto direito como qualquer outro.

Há coisas que não são muito complicadas: Os caminhos agroflorestais. Este inverno deu cabo dos caminhos. Temos que os arranjar. E não só, nem principalmente, no sul do Concelho!

A questão dos protocolos para 2013. Avance imediatamente. Nós precisamos do dinheiro para investirmos em Vila Franca da Beira para dar algumas alegrias à população da minha Freguesia.

E repito: Não ponho em causa aquilo que vai para as outras Freguesias, eu ponho em causa é aquilo que não vai para Vila Franca.

Dizer também que a minha Freguesia vai fazer vinte e cinco anos e que para o ano vamos continuar a fazer os vinte e seis e que daqui a dois anos vamos continuar a fazer os vinte e sete.

Em Vila Franca ninguém vai andar à pedrada a ninguém, mas, eu tenho dito e vou voltar a dizê-lo: Qualquer Vilafranquense com vergonha na cara não aceitará ser candidato pelo PSD nem pelo CDS. Aos que o forem vou dizer-lhes que não têm vergonha na cara.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Fica aqui mesmo provado que a justiça não funciona. Com tanto ladrão e não há nenhum Juiz que os mande prender.

Eu não queria falar do PDM porque isso não é o ponto que está à discussão mas quero registar aqui a dualidade de critérios e posições que o Sr. Presidente já nos tem habituado. No que diz respeito à CRAPTUR e àqueles terrenos o Senhor diz que não se sobrepõe à legislação nem aos regulamentos. Em relação a este caso da Zona Industrial diz claramente que não vai cumprir uma ordem do tribunal.

Poderia dizê-lo de outra forma, como por exemplo, vamos fazer os possíveis para tentar com o PDM rever a situação. Tal como está a ser feito mas, naquela sua atitude de afrontamento, característica.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostava de vos ler este parágrafo: *“O ano de 2012, ao nível económico e financeiro, provavelmente nunca será de boa memória para a grande maioria dos Portugueses e parte significativa dos europeus, em virtude da designada “Crise da Dívida Soberana”, ou dívida dos Estados, em que se constata ter tido como principal consequência uma pressão extraordinária no sentido da consolidação das finanças públicas e na redução do deficit, e, no caso em particular de Portugal, de vir a prosseguir com êxito as metas que foram acordadas no Programa de Assistência Económico Financeira assinado com a “Troika”(BCE, CE e FMI) e que posteriormente têm vindo a ser “calibradas” em função das avaliações intercalares e do estado da economia, entretanto agravada por uma recessão generalizada.”*

Este parágrafo não é tirado de nenhum discurso do Dr. Vítor Gaspar. Isto está a qui na introdução ao relatório de contas e está assinado pelo Senhor Presidente da Câmara José Carlos Alexandrino que é o mesmo que se vira contra o Governo e que os destrata de cima a baixo e os culpa de tudo isto que estamos a passar.

Tem memória curta! A culpa não é deste Governo é de todos. Destes e dos outros. Que eram os do PS.

Dizer ao Dr. Paulo Rocha que na realidade não há milagres e a resposta para este não milagre está também neste parágrafo: *“No que concerne a investimento, a prioridade assentou no desenvolvimento dos projetos com participação comunitária, citando o exemplo do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, as empreitadas de requalificação de Aldeia das Dez e Avô no âmbito da ADXTUR, e as intervenções de extensão e/ou renovação das redes de abastecimento de água e de saneamento, salientando-se pelo volume financeiro e população servida, as ligações técnicas em Seixo da Beira e o arranque de empreitada na Moita, Formarigo e Carvalha.”*

E no que diz respeito a investimentos, estamos conversados. Porque na introdução não fala em mais nada. E por isso não há milagres. Reduz a despesa, reduz a receita. Claro o dinheiro não está negativo porque também não há investimento. O que é normal.

Em relação à introdução que o Sr. Presidente fez: Falou no custo da água e disse que não aumentou o custo da água. Mas, como já disse o Dr. Paulo Rocha, não aumentou mas vai ter que aumentar e o Senhor tem que assumir o que escreve ou que manda escrever. *“Em relação à manutenção do nível de fiscalidade e preços cobrados nos serviços prestados pelo Município, orientação que foi assumida em 2012, afirma-se que em determinadas áreas, citando o exemplo concreto da água e do tratamento de efluentes, não será viável deixar de levar por diante, com início a curto prazo, um processo de ajustamento ao longo dos próximos anos, não só de forma a cumprir o princípio consagrado na Lei das Fianças Locais, mas efetivamente de reequilibrar a diferença entre as receitas cobradas ...”*.

Todos nós concordámos, numa apresentação feita pelo Dr. Francisco Rodrigues que fez aqui acerca do custo da água, já nos apercebemos todos que há aqui um problema. Haja coragem para o resolver porque ele está a ser adiado.

E já agora perguntava-lhe em relação às Águas do Mondego, se há algum desenvolvimento?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Era uma bandeira grande que o Senhor tinha, deixar as Águas do Zêzere e Côa!

De realçar também que na realidade a diminuição da receita ficou, apesar de ser um valor significativo, pelos dois milhões e cem mil euros em números redondos e não pelos três milhões que o Senhor andou aí a vender a toda a gente. Há aqui uma diferença de novecentos mil euros que dá para fazer muita coisa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Em termos gerais e em termos de contexto nacional e internacional e à parte dos exageros, eu estou de acordo com o que aqui foi dito pelo Prof. João Dinis porque as suas palavras foram quase o objeto da minha intervenção de ontem.

Entretanto, pedi ao Sr. Presidente da Assembleia que me permitisse um ligeiro entorse à ordem de trabalhos para dizer o seguinte: São dois ou três assuntos que temos que resolver aqui definitivamente.

Quanto à questão das Freguesias, eu pedia ao Deputado Rui Abrantes para fazer o favor a esta Assembleia de dizer, no País, quantas Freguesias ou quantos Concelhos beneficiaram do artigo 7, nº 2, passando de cinco para três, como se vê na comunicação social há uns meses a esta parte, e acabávamos aqui com isto. Porque, de facto, eu não consegui encontrar um único!

A ser assim, este assunto fica resolvido definitivamente.

Quanto à questão das acusações genéricas que o Senhor faz, e já não é a primeira vez, nomeadamente em relação ao funcionamento não democrático da Assembleia. Eu pedia-lhe para, se quiser ter a fineza de evocar factos porque, como sabe, as acusações genéricas em direito são nulas e politicamente são desonestas. Com acusações genéricas ninguém se pode defender. E por isso faça o favor de indicar factos concretos.

Em relação à Comunicação Social, lamento, mas a culpa foi minha porque, aquilo que eu disse não, me fiz entender, mas, eventualmente, terei que melhorar o meu discurso.

Passando agora ao ponto VII da ordem de trabalhos vou referir só dois ou três aspetos que vale a pena referir.

Já se disse aqui que houve uma diminuição significativa das transferências do estado. Já se disse, também, aqui que isso se notou ainda mais porque no ano anterior tinha sido atingido um pico de transferências dos Programas Financeiros Comunitários, mas, tem que ser relevado muito positivamente que num mandato atingiu-se de facto esse pico e isso tem que ser considerado.

Com este contexto nacional recessivo e depressivo e com esta diminuição de receita da parte do estado, são dois fatores sobre os quais a Câmara nada podia fazer. Para mim, o ano de 2012 do ponto de vista da gestão autárquica pode considerar-se um ano quase perfeito.

O Governo parou todas as obras do País mas, este Executivo prosseguiu algumas, e muito importantes, sendo de destacar com já se referiu o Complexo Desportivo de Lagares da Beira, a Requalificação do Mercado, Construção de Central de Camionagem, Requalificação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Av. Dr. Carlos Campos e muitas outras obras por todo o Concelho, sendo de lembrar, nomeadamente, as que foram feitas pelas Juntas de Freguesia que também são obras e que foram feitas através de transferências de verbas do Município. Claro que alguns queriam, como mesmo agora ouvimos, um Município despesista quando um Governo do mesmo partido parou completamente o País com as consequências que se conhecem.

O Executivo Camarário fez o mais correto, a meu ver, porque não adotou nenhuma daquelas políticas extremas. Fez o que podia sem comprometer a situação financeira.

É preciso lembrar que o contexto social é o pior dos últimos trinta anos e a isso o Executivo respondeu bem nomeadamente com o Programa Ativosociais, que para além da ajuda às pessoas, deu ainda cerca de oitenta postos de trabalho e que resultou no efetivo apoio social às famílias, às crianças e aos idosos.

Mas, o Executivo fez muito mais no ano de 2012. Os eventos como a Feira do Queijo onde, como também já se disse, se venderam três toneladas e meia de queijo e outros eventos que foram responsáveis por milhares de visitantes que com certeza trouxeram mais-valias.

A presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, a integração na rede de Aldeia de Xisto nomeadamente com os percursos pedestres de Aldeia das Dez e Avô, que também já foi aqui referido pelo Eng.º José Vasco, a promoção do Concelho e dos produtos do Concelho, apoiaram as Instituições e os Organismos Culturais, Musicais e Desportivos numa altura em que também eles sentem as dificuldades, apoiou-se a natalidade, continua-se com a descentralização financeira nas Freguesias. Esta medida, como sabem, é muito valorizada pelos Presidentes de Junta. E eu continuo a perguntar aos Senhores Presidentes de Junta presentes se foi, ou não foi boa, esta descentralização financeira e se querem ou não que esta descentralização continue? E apostou-se na redução da dívida. A dívida baixou apesar da redução dos dois milhões de euros de receita.

Apoiaram-se também as IPSS, que não foi aqui ainda referido, que garantem pelo menos seiscentos postos de trabalho, e é preciso que continuem a ser apoiadas porque há um trabalho especializado e qualificado da parte de Psicólogos, Sociólogos e Assistentes Sociais. Melhorou-se a praia fluvial de Avô e as zonas adjacentes, continuam com a reorganização interna dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal. Reorganização que constava do programa dos nossos adversários desde 1993. Continua-se com o abastecimento de água e saneamento, como foi agora referido, na Moita, Formarigo e Carvalha, manteve-se o apoio à BLC3, que pode vir a beneficiar em muito com a reversão do direito de superfície da ACIBEIRA, cujo contrato também foi assinado em 2012, é bom que se lembre, através de um compromisso financeiro de cento e cinquenta mil euros. Enfim, nós vivemos em recessão, mas, quando a economia der a volta, estou convencido que a ACIBEIRA e a BLC3 vão ter uma importância extrema neste Concelho.

Apesar de tudo isto, o Executivo conseguiu ainda o decréscimo significativo da despesa corrente e de capital que acompanhou o decréscimo das receitas e que superou mesmo a quebra das receitas.

Também já se disse que as despesas com o pessoal baixaram quatrocentos mil euros e a própria aquisição de bens e serviços baixou também setenta e cinco mil euros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara consegue manter este orçamento muito equilibrado e a meu ver tem condições para iniciar um novo ciclo de quatro anos sem medo do futuro.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Nós devemos tratar a Câmara Municipal como uma empresa e assim é que deve ser tratada. Nesse aspeto eu acho que se podermos dar uma classificação à gestão da Câmara no último ano, e como diz um excelente comentador que temos na televisão ao domingo, eu dava-lhe um Bom mais ou quase Excelente no desempenho que teve no ano transato.

O Sr. Deputado Rui Abrantes há pouco leu um parágrafo, e bem, mas, esqueceu-se de ler o terceiro parágrafo que tem um conjunto de referências. Pois, a gente lê o que convém! Mas a verdade dos factos é essa e é sempre importante traze-la ao de cima.

Não me agrada nada dois aspetos desta apresentação de contas: É termos diminuído o investimento e termos diminuído os FSE - Fornecimentos de Serviços Externos porque, aqui, se tivéssemos crescido e aumentado é que era positivo. Mas, é evidente que os constrangimentos financeiros e orçamentais não o permitiram.

Realçava a diminuição da despesa e naturalmente dos proveitos e o bom comportamento da Câmara.

Num ano difícil, realçar que os pontos positivos na área Social, e na Educação. Os pontos negativos na Saúde dado que o Governo não cumpriu o que tinha contratado com as extensões de saúde.

Como disse anteriormente o Dr. Paulo Rocha, se isto fosse uma empresa e se as contas de armazém estivessem incorporadas, que são dados que contam como positivos, este valor de oitenta mil euros seria largamente excedido e os resultados que teríamos aqui hoje seriam valores positivos. Por isso, o meu Bom mais ou Excelente para a Câmara. Estamos no bom caminho.

Quanto à alteração da lei orçamental, nós não sabemos e só para a próxima semana é que vamos saber quais são as implicações da lei do Orçamento e do Orçamento Retificativo e como é que isso nos vai afetar em termos do pagamento do subsídio de férias aqui nas contas da Câmara.

Para terminar, quero dar um abraço amigo ao Prof. Mário Alves e dizer-lhe que tive muito gosto em tê-lo aqui.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Não quero aqui servir de advogado de defesa porque a pessoa nem tem necessidade, mas, gosto de ouvir e também tirar interpretações.

O Rui Abrantes fez-me rir, no bom sentido e com todo o respeito, porque diz que o Sr. Presidente naquela questão relacionada com a Zona Industrial tem uma opinião e para a questão da CRAPTUR tem outra.

Com todo o respeito mas, esse tipo de contrassenso é recíproco porque o Rui



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Abrantes disse que “*o saldo está positivo porque também não há investimento*”, e eu digo que hoje quando há investimento vocês criticam o Presidente e dizem que são apenas obras eleitoristas. Isto é um contrassenso e por isso terei que dizer que é recíproco.

Hoje falam das obras e dizem que são eleitorista mas, foram feitas muitas obras pelo Concelho todo e os mandatos têm quatro anos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção na qualidade de Deputado Municipal:

“A exemplo do que tenho feito em anos anteriores nesta altura de apresentação de contas, entendo eu, não sei se bem, usar da palavra na qualidade de Deputado para dizer o que penso acerca do ano económico que hoje aqui vamos votar.

Naturalmente que eu estou satisfeito com o desempenho da Câmara porque se quisermos ser sérios e justos a Câmara manteve, não obstante de ter uma linha ideológica diferente, princípios que vinham de trás, e vocês sabem que eu era um opositor frontal ao anterior Executivo mas, não era em tudo.

Neste caso concreto, e eu já o disse e está escrito em ata, tivemos épocas em que nos poderíamos ter endividado porque o dinheiro era mais barato e havia a possibilidade de nos endividarmos e possivelmente teríamos feito obras num tempo em que a Câmara ficava com dívida mas, tínhamos feito obras com um custo menor, numa altura em que poderíamos fazer endividamento.

Estaríamos hoje a pagar essas obras que por estarem feitas já estavam ao serviço das populações.

Naturalmente que teríamos que as pagar agora mas, estavam feitas e estamos a fazê-las agora, e a gastar o dinheiro agora, e teremos que gastar no futuro e as populações vão ter os seus benefícios quando for necessário fazê-las.

Nunca me meteu medo o endividamento, porque é isso que eu também faço nas minhas empresas, porque se eu fosse com uma determinada política possivelmente nunca teria atingido a dimensão que tenho.

Recolhi alguns elementos também por dever de ofício e porque gosto de ser uma pessoa informada.

Genericamente, neste mandato já se fizeram cerca de dezasseis milhões de euros de obras. Já se distribuíram dois milhões e trezentos mil euros, e ainda falta o deste ano, às Juntas de Freguesia, que era uma prática que não existia. Só agora nos últimos dias foram aprovados um milhão e seiscentos mil euros de projetos para o Concelho com setecentos e tal mil euros que serão recebidos a fundo perdido. Isto para dizer que há algum trabalho que está para ser feito no sentido de relançar a economia.

Tem-se aproveitado também o trabalho que está a ser feito na BLC3 onde neste momento já não há capacidade para pôr mais empresas a incubar.

Numa perspetiva de contrariarmos esta situação que aí está.

Há pessoas que dizem que não se faz nada. Umás vezes penso que é por ignorância,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras vezes, naturalmente, nem digo que seja por má-fé, digo que é pelo jogo político.

Mas, entrando aqui numa questão, e não vou dizer como o Sr. Presidente que quem não se sente não é filho de boa gente, eu nem sequer me sinto nessas questões. Como isso com o pão. Entendo que quem não tem estofa para ouvir este tipo de coisas não pode vir para a política e, portanto, quem está na política é hoje considerado o pior da sociedade e, não obstante, as pessoas vão votando nessas pessoas menos qualificadas que no fundo somos todos nós.

Nicolau Maquiavel já ensinou que os fins justificam os meios. Isto para mim não é novo e eu estou farto de saber isso e durmo descansado.

Pessoalmente não defendo essa teoria, como não defendo a mentira, como não defendo o que se faz na política quando se promete tudo.

Disse há dias que o programa de 1993, três ou quatro situações foram já cumpridas por esta Câmara. As casas sociais que foram prometidas, nunca foi feita nenhuma. Eu acho que isso é uma desonestidade.

Disse ontem em Lagares da Beira, e vou dizer hoje aqui, que eu em Vila Franca da Beira quando fui Autarca, publicámos, e está ali o Sr. Presidente da Junta que sabe, o programa eleitoral e voltámos a publicá-lo no fim do mandato para que as pessoas verificassem se, se fez ou não fez.

Os políticos se querem ser respeitados e se querem ter credibilidade têm que ter esta postura.

Faz-se um programa que se submete à apreciação das pessoas e as pessoas em consciência votam o programa que lhes parecer melhor. Cumprem-se as regras democráticas para passarmos a ser respeitados. Depois, no fim do mandato vamos lá outra vez, até porque temos que lá ir para pedir os votos para as novas eleições, e aí as pessoas têm o direito de verificar se o que foi prometido foi feito. Mas, como as pessoas se esquecem e não guardam os programas eleitorais, ou muito poucos guardam e as pessoas vão nisso. Eu sei que isso é assim.

A Câmara de Oliveira do Hospital, seguindo essa política que já vem detrás, tem mantido e vai gastando aquilo que tem e continua com 20% ou 30 % de endividamento do seu orçamento. Eu conheço Câmaras que têm três e quatro vezes o seu orçamento em dívida.

Mais uma vez quero agradecer a colaboração que temos tido por parte das Juntas como também quero agradecer a postura dos Senhores Vereadores.

Entrando na questão da democracia. Se este Executivo não é democrático se, de facto, as coisa não funcionam bem. Este Executivo esteve dois anos em minoria nesta casa e continua a estar. O partido que dá suporte a esta Câmara é largamente minoritário nesta sala. Esteve dois anos minoritário no Executivo. Se ele é assim tão antidemocrático porque é que não o puseram na rua?

Eu acho que tem que haver alguma honestidade intelectual se quisermos ser respeitados. Temos que falar de situações concretas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois vamos à questão da Câmara que é Comunista e que é Socialista.

Presumo eu que se quer dizer que o Presidente da Assembleia Municipal é Comunista e que o Presidente da Câmara é Socialista.

Toda a gente sabe que eu estive aqui como membro do Partido Comunista, que muito me honrava. Vinte e oito dos Deputados que aqui estão já estavam cá nesse tempo e quando me puseram naquela cadeira maior sabiam muito bem o que é que eu pensava.

Nunca disse aqui dentro que mudei de ideias. Nem agora com sessenta e três anos isso me ficava muito bem. Toda a gente sabe que eu hoje não sou militante do Partido Comunista por causa de um facto que aconteceu aqui nesta sala em que eu fui desautorizado e a partir daí deixei de ser militante do partido Comunista mas, não abandonei os meus ideais.

Portanto, estejam descansados e digam lá aos eleitores porque eu tenho intenção de, quando for às Freguesias na campanha eleitoral, de dizer: Eu não quero que os Senhores vão enganados.

Tenho um contrato, passo o termo, com a força que hoje aqui represento. Tive a felicidade de ser eleito com pelo menos três forças políticas e toda a gente sabia. Agora, se alguém está á espera que eu negue. Nem no bico da espada, nem na boca da pistola! Clarinho como água. Se pensam que isso me chateia a mim alguma coisa e se também pensam que isso colhe. Nem nesta Assembleia colheu. Mas cada um faz a política que quer.

Que fique clarinho como água porque o Sr. António Lopes é uma pessoa transparente e o Presidente desta Assembleia tenta ser uma pessoa coerente e tenta que se credibilize a política.

Na campanha vão lá dizer o que entenderem mas façam o favor de assumir um compromisso com as pessoas e depois tentem-no cumprir.

Se apresentarem propostas melhores, seja qual for a força, pois muito bem, porque é para isso que há a democracia e é para isso que há eleições.

A força e a vivacidade da democracia é, de fato, a possibilidade de haver alternativas. E vai havendo nas Câmaras, e vai havendo nos Governos.

Eu não defendo que, quando estamos no poder por mais asneiras que se façam é sempre bom e quando estamos na oposição é sempre mau.

No exercício do anterior Executivo em termos da gestão financeira esse facto também foi realçado. Mas na política só isso também não chega.

Se, de facto, há corte de receitas por causa das mais variadas razões se, de facto, vamos ligando ETAR's e vamos aumentando a fatura para os preços que se sabe. Como é que se pode manter o mesmo volume de obra?

Se bem que também tenho aqui os números exatos e penso que quem mos deu não se engana. Nós tivemos despesas de capital em 2012 de cinco milhões duzentos e sessenta e quatro mil euros, tivemos seis milhões novecentos e cinquenta e cinco euros, em 2011 e tivemos cinco milhões e trinta e seis mil euros em 2010 e, portanto, este ano ainda tivemos mais duzentos mil euros do que em 2010.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Claro que cada um esgrime os números como entende mas estes são os da contabilidade cá da Câmara que já aprovámos.

Também lhes prometo aqui, e pedi isso hoje ao Dr. Paulo Rocha, para que na Assembleia de junho se fazer aqui, de facto, uma espécie de apresentação de contas do que é que se fez e do que é que não se fez porque eu acho que é tempo de se credibilizar a política. É tempo de se falar a verdade e é tempo de se conseguir o voto mas, em cima de proposta concretas e que, de facto, possam trazer mais-valia às pessoas.

Quem as tiver e quem as apresentar, depois os Munícipes e os Oliveirenses, e quero pensar que não são tão estúpidos assim, e por certo serão capazes de optar na hora certa pelas melhores soluções. É isso que eu espero, desejo e quero. Se não apresentarem as melhores soluções eu acho muito bem que seja castigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Peço imensa desculpa por estar a incomodar os meus colegas Deputados, o público em geral e a Comunicação Social mas, eu tenho sido tão referenciado que tenho que responder.

E vou responder por ordem: Em relação às declarações do Dr. Rodrigues Gonçalves, relativas às Freguesias e à questão da falta de democracia. Eu percebo bem porque é que o Senhor a destempo trouxe isso aqui, porque eu vim aqui fazer uma intervenção incómoda em relação ao ponto VII e VIII e o Senhor quis vir desmontar.

Nós conhecemos muito bem essa narrativa e esses métodos mas deixe-me responder-lhe remetendo-o...

Eu sei, mas, o que o Dr. Rodrigues Gonçalves disse na primeira parte da interpelação não tem nada a ver com o ponto, foi simplesmente uma tentativa de condicionar a futura opinião da Comissão Política do PSD, já uma vez disse aqui ao Sr. Presidente da Câmara que não o iria conseguir fazer e repito-o novamente ao Dr. Rodrigues Gonçalves, e remeto-o em relação à temática das Freguesias e da falta de democracia para os comunicados que a Comissão política tem feito.

Tenho que responder ao Nuno Oliveira com simpatia dizendo-lhe que na realidade eu estou aqui já há oito anos, não é que eu goste de puxar por esses números, mas, já no anterior mandato onde o Prof. Mário Alves era Presidente da Câmara e o Executivo era outro e os Senhores Deputados do PS vinham aqui acusá-lo da pequena obra, que só fazia a pequena obra e que as obras grandes não se faziam.

Ou seja, isto leva-nos para aquela posição de que estamos na oposição e de que estamos no Governo. Quando estamos no Governo pensamos uma coisa e quando estamos na oposição pensamos outra.

Falavam exatamente no concretizar das tais obras de fachada que eu hoje falo no último mandato. Já na altura a duração dos mandatos também era de quatro anos e eu sempre disse e eu contra isso não tenho nada a apontar porque quem está à frente do Executivo assume as coisas e depois politicamente a população irá ou não validar essa forma de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governação.

Em relação ao Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. António Lopes, eu conheço bem essa narrativa também e o Senhor diz que é exatamente igual àquilo que era enquanto Deputado, mas, eu quero-lhe dizer e transmitir que o poder transforma as pessoas e o Senhor nessa posição tem outro poder que não tinha quando Deputado Municipal. Tão simplesmente isto.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Por certo não quer que eu venha dizer qual a oposição que faço ao Senhor Presidente da Câmara.

Já aqui disse várias vezes e não tenho nenhum pejo, nem nenhum receio de dizer aqui dentro desta sala que sou eu quem mais oposição lhe faz.

Agora, naturalmente, faça-a dentro do carro ou dentro do gabinete mas, pode ter a certeza que sou a pessoas que mais oposição lhe faz aqui dentro. Não tenha dúvida disso!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Não contem comigo para agravar nenhum conflito. Não contem comigo para isso. Agora, em relação às duas afirmações que fez, nem numa, nem noutra tem razão.

A primeira: A destempo.

Eu cumpro o Regimento. Se reparou, e reparou com certeza. Veio aqui de má-fé dizer que eu fui a destempo.

Eu tinha falado antes de si, logo, não podia falar no ponto, antes da ordem do dia. Não podia nem devia. Portanto, fez essa afirmação, de que eu falei a destempo, de má-fé.

A Segunda: Tentativa de condicionar.

Lá está, outra vez, o Senhor a generalizar. Tem que fazer afirmações concretas para as pessoas se poderem defender porque qualquer Jurista lhe diz aqui nesta sala e as outras pessoas também que se fizer uma afirmação genérica ou que qualquer afirmação genérica como esta da tentativa de condicionar.

Em pergunto: Condicionar em quê? O que é que eu tentei condicionar e quem?

Fico impedido de me defender.

Penso que, se quiser ter a fineza de ler mais alguma coisa para evoluir percebe que afirmações genéricas são afirmações nulas e não vale a pena estar a perder tempo com isso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Senhores Deputados, sobre as contas muito foi dito mas os números são indesmentíveis.

Queria fazer aqui um aparte, uma brincadeira, e espero que o Senhor Deputado não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peça para vir defender a honra porque eu não quero de modo nenhum ofender a sua honra.

Disse, há pouco, ao meu Presidente da Assembleia que o poder transforma as pessoas.

Respondo-lhe de outra maneira. A oposição também transforma as pessoas.

Como eu expliquei, há pouco, houve um golpe de magia que transformou este Rui, em outro Rui.

Acho que não foi bem magia! Mas, estou convencido que o Luis de Matos poderia vir a Oliveira do Hospital e que num golpe de magia há de voltar este Rui a ser o outro Rui de antigamente.

O tempo o dirá. Isto não é nenhum tipo de provocação.

Sobre algumas afirmações que o Senhor fez relacionadas com as críticas que fizeram ao Prof. Mário Alves.

Eu gostava de lhe ler aqui umas declarações. E mais uma vez o Senhor, se calhar, vai dizer que isto não é verdade. Vou ler-lhe as declarações da candidata do PSD, que na minha opinião, começa mal e que lhe ficam mal. Só se o jornalista da Comarca de Arganil, mais uma vez, e também como o outro jornalista, aldrabou a notícia para vos colocar numa situação desagradável.

E passo a ler: *“A candidata sendo observante quanto à constituição da vereação ser composta por professores coloca a pergunta “tantos professores e o que é que tem sido feito digno de referência além da mera gestão corrente”.* Ela disse isto. Está aqui escrito. O Senhor se quiser pode ler.

Mas quero dizer-lhe mais e não queria ser desagradável quanto ao que foi dito *“os seres menores”*, é pena que não tenha ouvido porque não estava atento mas, tenho aqui o documento e desafio-o para no final desta reunião lho mostrar para que possa ver as declarações que foram proferidas na conferência de imprensa no dia três de abril de dois mil e treze.

Quer que lhe leia? O Senhor é que me está a desafiar para ler e é pena você não ouvir.

Isto não é o jornal. Isto foi dito. *“A Comissão Política de Secção do PSD está convicta de que a resposta adequada a este seres menores acontecerá em setembro próximo.”*

“O que pensam os militantes e os simpatizantes socialistas dos métodos de atuação do atual executivo oliveirense?”

Ainda não percebeu?

Mas se não percebeu é porque não percebe português ou porque não quer!

Mas leio-lhe mais. *“O PSD sairá reforçado desta corrida autárquica e a população oliveirense saberá penalizar estes vendilhões sem escrúpulos.”*

Eu não faltei à verdade.

Também lhe quero responder Senhor Deputado. Agora ouça lá com a tenção.

Querem ver o que é que o Senhor Deputado fez em relação ao PDM. Quis comparar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um caso de uma Indústria que teve licenciamento da Câmara e que foi anulado por decisão do Tribunal Administrativo do Porto com o problema do Complexo Turístico das Caldas de São Paulo como se fosse a mesma coisa!

Mas, não é porque a indústria pode ter licenciamento e o PDM permite que se faça a construção. Estes assuntos não são comparáveis.

Este PDM não resolve o problema do Complexo Turístico das Caldas porque esse está resolvido mas resolve o problema daquela empresa.

O que o Senhor está a fazer é que os moradores e aqueles que sempre utilizaram o caminho sem oposição de ninguém têm o direito e legitimidade para quererem o caminho e isso eu não posso impedir.

Aquele caminho foi empedrado e colocada iluminação pública e água e eu também acho que o proprietário também poderia ter arrancado os postes da eletricidade e a instalação da água. Mas, isso é para os tribunais decidirem.

Eu estou aqui a desmascarar a sua atitude porque são coisas incomparáveis e uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O licenciamento da empresa da Zona Industrial está assegurado.

O Senhor está a confundir a opinião pública mas, aqui não confunde e comigo não confunde.

Sobre as Águas de Coimbra quero dizer-lhe que quem não nos deixou migrar deste sistema para o outro foi as Águas de Portugal porque iam fazer um reajustamento e vão fazer um reajustamento, e bem!

Olhe, o seu Presidente da Distrital vem hoje numa entrevista no Diário de Coimbra onde ele se revolta contra isto que as Águas de Portugal estão a fazer e contra a Sra. Ministra.

O Presidente da Câmara de Coimbra, o João Paulo Barbosa de Melo, meu amigo pessoal, perguntou-me se eu queria subscrever um comunicado para demover estas agregações. Eu disse-lhe claramente que não.

Também tem que se fazer justiça ao Sr. Presidente anterior porque foi dos únicos que aqui na Assembleia que se manifestou contra a ida para as Águas do Zêzere e Côa. Nós temos memória.

E sobre a situação financeira não era preciso haver candidata para eu anteriormente ter aqui assumido algumas posições.

Nestas críticas do Sr. Deputado Rui Abrantes há algumas que são giras, mas, já que o Senhor tem relações privilegiadas com o Governo por ser Vice-Presidente da Comissão Política porque é que não pergunta ao seu Governo porque é que parou todo o investimento de capital?

O Senhor para aqui defende que devia haver obras de investimento.

Se calhar é melhor como eu vi numa reportagem da SIC há pouco tempo pagar-se quase um milhão de euros por dia de indemnização no túnel do Marão.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fica aqui claro que as receitas de capital foram três milhões setecentos e noventa e dois mil duzentos e setenta e sete mil euros e as despesas de capital de cinco milhões duzentos e sessenta e quatro mil. São números que ninguém altera.

O Senhor disse que deveria haver mais dinheiro nesta área e que este número é pequeno mas, eu digo-lhe que não.

Ainda lhe digo mais, bastaria o seu governo ter aberto os financiamentos do Quadro Comunitário e nós também teríamos lançado a obra de requalificação da rede de água e saneamento em Vila Franca da Beira porque aquela obra custava oitocentos mil euros. Sabe porque é que eu não a lancei? Eu poderia fazer como alguns, poderia fazer a obra e depois não a pagava. Mas enquanto eu for Presidente do Município não contem comigo para fazer isso.

Isso queria o Senhor, para depois nos criticarem.

Defender que o País deve parar as obras físicas mas em Oliveira do Hospital entendem o contrário e que deveria haver mais obra. Isto é um contrassenso.

Podem discutir-se as opções políticas na despesa e onde se gasta o dinheiro mas nas receitas não há discussão porque elas são o que são.

Há pouco fiquei surpreendido com a contradição do Sr. Deputado porque disse que estas obras que estão a ser executadas são obras eleitoralistas mas, se eu não as realizasse menos dinheiro havia de investimento como se pode perceber e como qualquer pessoa percebe.

Estou a terminar e não tenho nenhum golpe de magia.

O que incomoda o Sr. Deputado do PSD toda agente percebe o que é. Incomoda-o o bom trabalho que está a fazer este Executivo.

Poderíamos ter mais dinheiro em obras mas, este Executivo e todos os seus Vereadores e sito o que o Sr. Vereador Mário Alves há pouco tempo referiu numa reunião do Executivo, não para aproveitamento político.

O Sr. Vereador Mário Alves disse que dificilmente haverá um Município a fazer trabalho na área da Ação Social como o Município de Oliveira do Hospital. E tem havido uma grande solidariedade entre todos os Senhores Vereadores porque somos homens do povo e conhecemos as dificuldades das pessoas.

Bastaria não precisarmos de levar a todas as reuniões de Câmara os apoios às famílias que estão a passar mal que já era possível termos mais dinheiro para obras.

Mas, garanto-lhe que comigo enquanto Presidente de Município as pessoas estão sempre primeiro e à frente das obras.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“De qualquer forma tenho o dever de dizer aqui duas coisas sobre esta situação.

Penso que percebi o que o Deputado Rui Abrantes quis dizer mas também percebo o que o Sr. Presidente quer dizer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Efetivamente, o que o Rui disse foi porque é que o Sr. Presidente aqui não cumpre a ordem e lá em baixo não executa.

Acho mal que o Sr. Presidente diga que não cumpre a ordem do Tribunal. Acho mal porque o disse aqui e porque de alguma forma também nos compromete. O Tribunal se o Presidente da Câmara não cumprir a ordem por certo terá outros meios para a fazer cumprir.

Eu acho que não fica bem ao órgão de soberania como é o nosso caso dizer que não respeita uma lei.

Eu como Presidente da Assembleia Municipal, naturalmente, que não posso bater palmas a esta declaração.

Também compreendo que o que está em causa naquele projeto das Caldas de São Paulo é que está do outro lado uma população que se opõe e que acha que tem um direito. Nesse caso acho muito bem que o Sr. Presidente da Câmara não vá ser juiz numa situação que opõe o investidor e numa situação que opõe parte da população e que diz que tem o direito de defender.

Vamos lá por as coisas no devido lugar para que não se vá daqui com equívocos porque não há nenhuma necessidade de os haver.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só um esclarecimento sobre esta frase forte porque não tenho medo de utilizar as frases fortes. Há quem tenha, mas, eu não tenho! E não tenho medo de colocar as coisas assim.

Logicamente que a Câmara irá recorrer desta decisão do Tribunal. Os nossos advogados já estão a preparar o recurso para fazer ver ao Ministério Público que esta decisão é um disparate quando temos o PDM na reta final.

Garanto que não executarei a ordem do Tribunal mesmo que tenha que perder o mandato por acho que é uma injustiça. Mais facilmente me ia embora.

Isto é assim e eu não vou contra aquilo que acredito.”

Colocado à votação o Ponto VII - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2012, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

Entrou-se, depois, no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2012.

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2012, que foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente o Sr. Vereador Mário Américo Franco Alves depois de solicitar a palavra ao Sr. Presidente de Mesa fez a seguinte intervenção:

“Vim aqui e naturalmente quando entrei nesta sala não tinha intenção de fazer qualquer intervenção mas, face às várias ocorrências aqui passadas achei que devia fazer uma intervenção.

Primeiro para lamentar o excesso de política partidária que aqui foi hoje visto nesta Assembleia.

Acho que a Assembleia deve repercutir mais aquilo que é, efetivamente, a política do Concelho e do desenvolvimento do Concelho e não a política partidária. Houve aqui, a meu ver, abusivamente, um excesso de partidarite dentro da Assembleia.

Segunda questão: Para dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que se quando exercia as funções de Presidente tivesse feito a opção que ele aqui disse, do endividamento, hoje este Executivo estava completamente manietado e não fazia absolutamente nada. Tal como está manietado o Executivo da Covilhã e outros Executivos por estes País fora precisamente por terem excesso de endividamento.

Dizer, ainda, que à conta dessa política hoje este Executivo tem beneficiado altamente dessa política, nomeadamente, na execução de obra porque a faz cerca de trinta ou quarenta por cento mais barata do que seria feita à época.

Por isso, estou perfeitamente tranquilo quanto ao modelo e postura que adotei, em termos políticos, relativamente à política económica do Executivo.

Dizer também que, quanto à questão do PDM, e peço desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, por fazer aqui esta intervenção sobre o PDM, acho que não a devia fazer por respeito à sua pessoa enquanto Presidente da Autarquia mas, parece-me que é importante para que as pessoas percebam as coisas também.

A revisão do nosso PDM começou precisamente com uma discussão pública. Toda a gente teve hipóteses de apresentar aquilo que entendia relativamente à revisão do PDM. Foram analisadas todas as propostas e, naturalmente, tudo aquilo que foi possível e, atenção, foi uma discussão pública que foi triplicada no tempo para dar hipótese às pessoas de poderem, efetivamente, apresentar todas as sugestões. Todos esses elementos foram trabalhados.

Esta discussão pública que existe agora é para que as pessoas possam se tiverem alguma reclamação a fazer, fazê-la, para que depois a equipa técnica possa, efetivamente, analisar essas reclamações e verificar a possibilidade de poderem ser introduzidas, ou não. O que será muito difícil, como disse o Sr. Presidente da Câmara, e muito bem.

Nós no Executivo dissemos assim: Digam lá como é que querem. A gente aprova tudo conforme a lei para que, efetivamente, o PDM possa andar.

Já agora, permitam-me aqui uma palavra sobre aquela questão que o Sr. Presidente aqui falou sobre a empresa porque é realmente da mais elementar justiça não se fazer aquilo que o Ministério Público quer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, o Sr. Presidente da Câmara tem que cumprir a lei, isso é um facto.

Mas, aquela empresa fez um pedido de informação prévia e foi dada a informação de que podia construir e que não havia qualquer obstáculo. Em função disso, o empresário apresentou um projeto que foi aprovado e licenciado.

Depois, devido a uma queixa de um cidadão e na sequência, na altura, de um trabalho inspetivo neste Município foi analisada aquela situação e foi verificado que, efetivamente, havia uma pequena parcela onde não podia haver construção.

Agora é evidente que eu estou convicto e também o disse ao Sr. Presidente da Câmara, que na altura a resposta que foi dada ao Ministério Público não foi a adequada e não foi munida dos elementos que devia e acho que o Município tudo deve fazer para resolver esta questão porque é uma questão da mais elementar justiça.

Cumprimento todos os meus amigos e muito obrigado por me ouvirem este bocadito.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Da minha parte só queria dizer ao Sr. Vereador Mário Alves que o que disse aqui hoje também já o tinha dito nesta mesma sala e nesta mesma tribuna no dia dezoito de dezembro de dois mil e cinco.

Ao que o Senhor me respondeu, e bem, que não ia governar com o meu programa, até porque eu tinha tido oitocentos votos, e que o Senhor tinha tido a maioria que lhe deu legitimidade para governar e, naturalmente, para executar o seu programa. Foi também o que eu respondi quando se questionam as opções deste Executivo.

Naturalmente, a minha opinião nessa altura, que é a mesma de hoje, foi numa questão de opção na orientação. Há para mim dois tipos de despesa. Uma quando se gasta para por gastar e outra quando se gasta para fazer, efetivamente, obras porque a maior partes dessas Câmaras que estão endividadas e nem sequer foi em despesas de capital e nalguns casos sabemos como é que foi.

Foi a opção que o Senhor teve, e eu disse que, se hoje estivéssemos a pagar os cinco milhões de euros em obras e se as obras já estivessem feitas e hoje estivéssemos a pagar essas obras, mesmo estando aqui a fazer pouco mais que nada. Aliás fiz isso em Vila Franca, na altura, foi eu que avancei com o dinheiro, vamo-nos endividar dentro do que é o nosso orçamento para não deixar dívida para outros porque, por exemplo, hoje o que se faz na Covilhã, fazem-se promessa e distribuem-se subsídios desde que seja com empréstimo para pagar a nova Câmara porque o Sr. Presidente sabe que não estará lá porque está no último mandato. Isto parece-me desonestidade política.

Se fosse feita para se cumprir dentro do mandato ou se for obra de investimento de capital e obras necessárias, isso é uma questão de opção, e uma boa parte dos Presidentes de Câmara deste País fizeram esta opção que eu defendo outros não fizeram.

É verdade e isso tem sido aqui dito várias vezes que este Executivo foi buscar dinheiro porque tinha verba para pagar a sua percentagem do QREN que outros não aproveitaram por não ter essa percentagem.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

São questões de opção por isso é que estivemos e continuaremos a estar com posições políticas diferentes.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo duas horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de abril, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____